

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: HERANÇA COLONIAL SOBRE DESIGUALDADE E INSTITUIÇÕES*

Enlinson Mattos**

Thais Innocentini***

Yuri Benelli****

Este trabalho tem como objetivo analisar os eventuais efeitos da herança colonial na formação dos municípios brasileiros sobre suas condições atuais de desigualdade de distribuição de terra e renda e sobre a qualidade das instituições. Em particular, empregam-se área, latitude, longitude e a data de fundação para identificar os municípios pertencentes aos territórios das Capitanias Hereditárias (CHs). Em seguida, busca-se estimar se esta característica histórica dos municípios está correlacionada com suas instituições atuais, considerando diversos controles, tais como: área proporcional da capitania; haver pertencido aos ciclos da cana e do ouro; estar no litoral; sua distância em relação a Portugal; tipo de solo; quantidade de chuva; altitude; temperatura média; e as variáveis socioeconômicas municipais. Os resultados sugerem de forma robusta que o município que pertenceu à área destinada às CHs (um aumento de um desvio-padrão) está associado a uma concentração maior de terras (Censo Agrícola de 1996), medida pelo índice de Gini (aumento de meio desvio-padrão), a menores gastos públicos locais e a menor persistência política. No entanto, não se encontrou associação robusta sobre os seguintes indicadores dos municípios brasileiros: desigualdade de renda, Produto Interno Bruto (PIB) municipal *per capita*, número de agências bancárias públicas, de cartórios e empresas públicas no município, nem na governança local e no acesso à justiça local.

Palavras-chave: capitanias hereditárias; instituições; desigualdades de terra e renda.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da disparidade histórica de formação dos municípios brasileiros sobre suas condições atuais de desigualdade de terra e renda e sobre a qualidade das instituições. A hipótese aqui apresentada é que, além das variáveis normalmente utilizadas na literatura para explicar essa desigualdade histórica, a decisão de dividir a costa brasileira em Capitanias Hereditárias (CHs) e a forma como esta ocorreu tiveram importância fundamental na formação das áreas atuais dos municípios. A divisão das terras em CHs teria propiciado condições heterogêneas de desenvolvimento populacional, de concentração de terras e mesmo da qualidade das instituições municipais.

* Enlinson Mattos agradece o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Thais Innocentini agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado. Os autores agradecem ao editor Mauricio Reis e aos pareceristas anônimos que providenciaram comentários relevantes para melhorar o artigo. Agradecem, ainda, ao professor Rodrigo Soares pelo compartilhamento de alguns dados usados na dissertação e sugestões que aumentaram o alcance do artigo. Assumem a responsabilidade pelos erros remanescentes.

** Professor associado da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV). *E-mail:* Enlinson.Mattos@fgv.br

*** Mestre em Economia pela EESP/FGV.

**** Graduando em Economia da EESP/FGV.

O artigo de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) argumenta que diferentes tipos de colonização, somados a outros fatores, explicam diferenças nas instituições atuais. Parte de três premissas principais como base ao argumento: a decisão pelo tipo de colonização (de povoamento – que encorajava investimentos na própria colônia – ou de extração – que transferia todas as riquezas da colônia para a metrópole); a estratégia de escolha do tipo de colonização (as regiões em que os europeus se deparavam com altas taxas de mortalidade eram escolhidas como colônias extrativas); e, por fim, sustentam que as instituições formadas no passado afetaram as atuais e que suas características estão presentes até hoje. Estas três premissas que sustentam o argumento de que o tipo de colonização afetou as instituições atuais seriam responsáveis, portanto, de forma indireta, pelos ganhos presentes de renda *per capita*.

Já Acemoglu, Johnson e Robinson (2004) apresentam conclusões semelhantes em relação a outras colonizações. Em particular, o trabalho evidencia quais eram as características específicas das regiões com que os colonizadores se deparavam e que determinavam, conscientemente, o tipo de instituição a ser implantada, de acordo com seus próprios interesses. Estas instituições persistiram e, atualmente, definem as condições de desenvolvimento econômico dos países. A literatura sobre tal tema é bastante extensa. Os trabalhos de Banerjee e Lyer (2005), Bertocchi e Canova (2002) e o de Bernhard, Reenock e Nordstrom (2004) reforçam as conclusões anteriores, aplicadas, respectivamente, à Índia, a mais de quarenta países da África Subsaariana e a algumas colônias espanholas e inglesas, respectivamente.

Este trabalho busca inovar em relação aos realizados para o Brasil, como os de Menezes-Filho *et al.* (2006) e de Naritomi, Soares e Assunção (2012), pois aplicam-se aqui dados sobre as CHs como determinantes históricos da colonização dos municípios e estimam-se os seus efeitos sobre diferentes variáveis institucionais.

O trabalho de Menezes-Filho *et al.* (2006) utiliza a qualidade das instituições e elementos históricos para determinar as diferenças de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* entre os estados brasileiros. As variáveis independentes utilizadas para medir as instituições do passado são escravidão, alfabetização, imigração estrangeira e acesso ao voto. O grau de *enforcement* das leis trabalhistas representou as instituições atuais. Os resultados não encontraram relação da escravidão com as instituições atuais, porém a relação da escolaridade da população no passado e da porcentagem de eleitores apresentou sinal positivo e significativo com a qualidade das instituições atuais. A imigração mostrou-se importante na determinação da trajetória de crescimento dos estados brasileiros. A latitude das capitais dos estados também se mostrou relevante para explicar as diferenças nas instituições atuais. Apesar do número reduzido de observações, as correlações e a regressão estimada são consistentes com as hipóteses do modelo.

Já o trabalho de Naritomi, Soares e Assunção (2012) analisa o impacto do tipo de colonização sofrida pelos municípios (do ciclo de cana-de-açúcar ou do ciclo de ouro) sobre as instituições atuais. Os resultados mostraram que os municípios que tiveram o ciclo da cana-de-açúcar como forma de colonização apresentam hoje maiores desigualdades de terra. E os que tiveram a origem da colonização ligada ao ciclo do ouro caracterizam-se por práticas governamentais piores e menos acesso à Justiça. Usando estas variáveis, sobre os aspectos da colonização como instrumentos para as instituições atuais, os autores concluem que o governo local e o acesso à justiça são significativamente relacionados ao desenvolvimento de longo prazo dos municípios brasileiros.

A hipótese principal deste trabalho é que a colonização do Brasil a partir de CHs pode ser o fator principal da estrutura institucional observada hoje. O trabalho deseja estimar se esse sistema foi o ponto de partida para a colonização do município, já que lançou os primeiros fundamentos da estrutura do mercado local e de suas instituições, podendo com isso o município apresentar características persistentes até os dias de hoje. Mais importante, a decisão de implementação das capitanias e seus limites foram impostos de forma exógena ao território brasileiro.

Como resultado, pode-se argumentar que o ciclo da cana-de-açúcar talvez esteja relacionado à atual desigualdade de distribuição de terra dos municípios indiretamente. Ou seja, a desigualdade de terras seria uma consequência do sistema de colonização das CHs e esta colonização teria influenciado na decisão de colonização pelo ciclo da cana-de-açúcar naquelas áreas que já apresentavam características de “grandes propriedades”.

Também vale ressaltar que “os limites das capitanias sofreram modificações, mas determinaram os contornos gerais das províncias do Império que se limitavam com o Atlântico; estas, por sua vez, deram origem aos estados litorâneos do Brasil atual”.¹ Dessa maneira este trabalho busca incluir esta variável (*pertencer ou não ao território de uma CH*) e identificar os possíveis canais de transmissão desta estrutura fundiária sobre a desigualdade de terra e renda observada hoje e sobre outras variáveis institucionais.

Em particular, espera-se que municípios criados na época da colonização, mais especificamente, em data próxima à implantação das CHs, possuam até hoje características intrínsecas àquele período. Isto pode ser constatado seja pela maior desigualdade de terra verificada hoje, pelos menores níveis de especialização na atividade produtiva, seja pelas diferenças em termos de concentração do poder político e de acesso à Justiça. Tais características se refletiriam de forma geral e direta no desenvolvimento das instituições municipais e, num segundo momento, nas variações do PIB, bem como dos gastos públicos.

1. Fonte: <www.brasilecola.com>. Acesso em: 26 jun. 2009.

No entanto, algumas ressalvas podem ser feitas neste estágio. Primeiro, os dados aqui utilizados estão em *cross-section* e, portanto, apesar de todo o esforço em controlar características idiossincráticas dos municípios, alguma variável talvez ainda possa estar sendo omitida. Segundo, foram construídas diversas variáveis com base em hipóteses para determinar o período de encerramento do sistema de CHs e dos ciclos econômicos (ouro e cana-de-açúcar). Terceiro, há também limitação na construção das variáveis institucionais, as quais, por essa razão, impõem a necessidade de estudos adicionais, com outros exemplos, que contemplem as características não abordadas aqui.

O objetivo deste artigo é encontrar resultados que corroborem a hipótese principal, já apresentada, qual seja, a de que o modo como se decidiu dividir o Brasil, em CHs, e o ano de fundação destas, tenham relevância para determinar, na atualidade, a desigualdade de terra e renda e as variáveis institucionais dos municípios estudados. Com o tipo de solo, o índice pluviométrico, a distância de Portugal, a altitude e a temperatura média, tais variáveis explicariam o diferencial na qualidade das instituições nos municípios brasileiros. Em outras palavras, busca-se identificar se as desigualdades de terra e renda atual dos municípios guardam características intrínsecas de seu respectivo período de colonização. Esta persistência na desigualdade pode ter sido alimentada pela transmissão destas terras entre gerações, tendo ocorrido pouca divisão (desconcentração) destes recursos ao longo do tempo. Uma hipótese para tal “persistência” na desigualdade de renda e terra pode ser, eventualmente, a ausência de outras fontes (que não a agricultura) geradoras de renda nestes municípios, o que teria provocado maior mobilidade social e, conseqüentemente, a desconcentração de recursos. Esta herança ainda pode ter provocado maior concentração de poder em uma esfera mais abrangente, possivelmente comparável à esfera estadual, o que parece sugerir que os nobres que recebiam tais terras não gozavam de fato de autonomia política.

A próxima seção apresenta os argumentos que embasam a hipótese principal deste trabalho.

2 UMA DESCRIÇÃO DAS CHs

Nesta seção o artigo foca tanto nas principais características do sistema de colonização por CHs no Brasil quanto nos fatores históricos que influenciaram a decisão por esse tipo de colonização, para, com isso, entender melhor as causas e os aspectos fundiários e institucionais do passado cujas características persistem até os dias de hoje nos municípios.

O processo de colonização iniciado pelos portugueses no início do século XVI foi determinante no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Estando o país na condição de colônia, o impacto das decisões tomadas pela corte portuguesa era direto, e depois, quando nação independente, os laços históricos costurados entre colônia e metrópole deixaram sua herança no desenvolvimento do Brasil.

A criação das CHs marca o começo de uma nova relação entre a colônia brasileira e sua metrópole. Foi um movimento essencialmente político que, além de constituir o primeiro esforço formal de colonizar as terras do Novo Mundo, definiu uma mudança de postura por parte de Portugal com relação ao seu mais novo território. O descaso com uma terra aparentemente pobre e pouco povoada transformava-se em assunto de primeira importância nas discussões governamentais em Lisboa. A partir de então, entender a situação de Portugal e os motivos que o levaram à busca de novas terras é indispensável para a compreensão dessa mudança drástica de comportamento.

Apesar do debate sobre a real data de descobrimento das terras do Novo Mundo e dos conhecimentos existentes antes mesmo de 1500 – haja vista a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494 – é consenso entre os historiadores que era uma terra pouco atraente à primeira vista. Dada a rentabilidade do comércio com as Índias, o custo de oportunidade associado à exploração de uma terra desconhecida, constituída basicamente de uma floresta densa e fechada, não atraiu a atenção de nenhum comerciante privado e nem mesmo a do governo português.

São diversas as razões para o descaso português com as terras do Brasil nos primeiros anos após o descobrimento. Portugal ainda se recuperava da peste negra que assolou a Europa no século XIII, de modo que a oferta de mão de obra foi um limitador, hoje poucas vezes lembrado. Grande parte da população era rural e se dedicava ao cultivo de alimentos. Outro grande percentual da mão de obra era absorvido pela indústria naval, setor intensivo em trabalho na época.

Furtado (2005) distingue a diferença inicial entre a colônia portuguesa e a espanhola, destacando que, no caso espanhol, foram encontradas civilizações nativas muito mais avançadas, com alto nível de organização social e que haviam juntado ao longo dos anos grande quantidade de metais preciosos, como o ouro e a prata. A facilidade com que os espanhóis encontraram esses metais atraiu rapidamente a atenção dos comerciantes, que se dedicaram exclusivamente à sua comercialização.

Totalmente ao contrário dos espanhóis, os portugueses encontraram civilizações pouco avançadas, espalhadas ao longo do vasto território e sem uma cultura de luxo ou ostentação de metais preciosos. Em outras palavras, os portugueses tiveram de criar uma atividade comercial que fosse lucrativa e isso levou algumas décadas para tomar proporções relevantes. Nas primeiras décadas de colonização o Brasil contribuía com apenas 2% de toda a economia portuguesa, enquanto a Índia sozinha era responsável por cerca de 26% da economia total.

Prado Júnior (1942, p. 43-44) reforça o desinteresse inicial pela terra: “É o comércio e somente ele que interessa a todos, e daí o relativo desprezo, a princípio, por este território primitivo e tão escasso de habitantes que é a América; inversamente ao prestígio do oriente onde não faltava objeto para as atividades mercantis”.

O desinteresse econômico impediu o desenvolvimento de qualquer centro urbano mais avançado no começo do que discutivelmente se chama de colonização. A vaga ocupação portuguesa criou condições para que navios comerciantes e traficantes estrangeiros comesçassem a explorar as abundantes terras brasileiras. Dentre as nações que efetivamente se instalaram no Brasil, destacam-se a França e a Holanda.

Na fase de colonização inicial (século XVI), a presença francesa foi marcante, sendo que parte do território brasileiro (norte do atual estado do Rio de Janeiro) chegou a receber o nome de França Antártica. Tal ocupação era caracterizada pelo bom relacionamento com os indígenas da região, que auxiliavam na extração e transporte do pau-brasil. A França, à época, era muito mais populosa que Portugal, possuía uma indústria nascente, que demandava grandes quantidades de matéria-prima, entre elas o corante proveniente do pau-brasil, usado principalmente em algodão.

Simonsen (1937, p. 88) define os prejuízos portugueses causados pela intrusão francesa nas colônias do Atlântico:

Duas classes de prejuízos sofria o comércio português por parte dos Franceses: dos mercadores franceses, que organizavam expedições para vir buscar na terra de Santa Cruz a madeira tintorial e outros produtos baseados na excusa de que havia liberdade nos mares e que não era vedado aos súditos franceses o comércio com as colônias portuguesas ou com as terras virgens da América; e dos corsários, muitos dos quais estavam munidos de carta de corso, concedidas pelo próprio rei da França.

Desta forma, a constante ameaça à soberania do governo português perante as terras do Brasil forçou Portugal a adotar um comportamento mais firme e decisivo. O consenso internacional quanto à soberania de determinada nação sobre um território se baseava unicamente na existência de povoações de caráter fixo, de modo que não restaram alternativas ao governo português a não ser iniciar um processo intensivo de colonização das novas terras, por mais custoso que este fosse.

As CHs surgem então como consequência de um grande esforço político do governo português em povoar e defender suas terras. Este sistema era baseado na concessão de grandes faixas de terra para um donatário, que passaria a ter total autonomia sobre aquele território e receberia privilégios econômicos, devendo este única e exclusivamente iniciar e desenvolver centros populacionais. Barbosa (1935, p. 38) destaca a importância de Pernambuco (antiga capitania da Nova Luzitânia, comandada por Duarte Coelho) na fase colonizatória do Brasil:

Pernambuco, unidade importantíssima da federação brasileira, tem direito a fazer reviver hoje, com sole-nidade e imponência, o seu passado glorioso, como uma das mais prosperas e das mais ricas capitanias em que D. João III de Portugal – tendo em vista o problema político da colonização, – dividiu o território imenso do Brasil.

O território brasileiro foi assim dividido em quinze capitanias, entre os anos de 1534 a 1536, cada uma com um respectivo donatário (a alguns donatários foi concedida mais de uma capitania), essencialmente membros da nobreza portuguesa ou ligados de alguma forma ao rei Dom João III. Através da *Carta de Concessão* (formalmente conhecida como *Carta Foral*), o rei definia os limites aproximados das capitanias e concedia os direitos comerciais, entre eles a isenção no pagamento de impostos quando da comercialização de produtos e até mesmo a restrição na comercialização de outros artigos, os exclusivos da Coroa, explorados somente sob uma concessão específica, caso do pau-brasil.

O sistema de capitanias era totalmente descentralizado, nele o donatário tinha total autonomia para tomar as decisões necessárias nas terras de sua posse. A ele cabiam todas as decisões, desde como explorar a terra à punição de infratores. Em uma carta de Duarte Coelho ao rei D. João III, datada de 1546, extraída de Mello e Albuquerque (1967, p. 53), o donatário denuncia uma série de assaltos feitos por povoadores das capitanias ao Sul. Os “salteadores”, como Duarte Coelho os chama, se dirigiam às terras de Pernambuco para aprisionar indígenas e utilizá-los como mão de obra na extração do pau-brasil. Ao saber do ocorrido, o donatário saiu em busca dos infratores e conseguiu capturar apenas um dos seis “caravelões” utilizados no assalto. Duarte Coelho então libertou os nativos e, segundo suas próprias palavras, “dei o castigo que me pareceu merecido”.

Além de garantir a ordem nas CHs, cabia ao donatário determinar quem era morador de sua capitania e, conseqüentemente, quem gozaria dos benefícios tributários garantidos aos bravos colonizadores. O trecho do *Regimento dos Proveedores* da Fazenda Real, datado de 17 de dezembro de 1548 (Mello e Albuquerque, 1967, p. 11) determinava que

Quando algumas pessoas que [no Brasil] forem moradoras vierem para estes Reinos e trouxerem para eles mercadorias, pedirão certidões ao Provedor da Capitania donde partirem de como assim lá são moradores, para gozarem da liberdade que pelo dito Foral é concedida, e o dito Provedor lhes dará a dita certidão feita pelo Escrivão da dita Alfândega e assinada por ele dito Provedor (...).

A autonomia se estendia ao âmbito econômico também. Apesar de o rei expressar claramente o desejo de se procurar ouro – como se infere a partir do seguinte trecho da carta de Duarte Coelho, datada de 27 de abril de 1542 (Mello e Albuquerque, p. 33) “Quanto senhor as cousas do ouro nunca deixo de enquerir e perquirar sobre o negoço e cada dia se esquentam as novas (...)” –, o donatário poderia optar pela agricultura e a construção de engenhos, como foi o caso em Pernambuco, eternizado como a capitania mais bem-sucedida, ou pela extração do pau-brasil (caso este possuísse a autorização, mas não só Duarte Coelho como também quase todos os donatários possuíam esta concessão) como se deu com as

capitanias do Sul, em especial a de São Vicente, que vivia da extração da madeira e da captura e comercialização de índios nativos.

De fato, a extração do pau-brasil ainda era, nesse período, a grande economia colonial, chegando a causar problemas no desenvolvimento das demais atividades econômicas, uma vez que demandava muita mão de obra em um ambiente em que este fator era extremamente escasso. Duarte Coelho, que buscava povoar sua colônia através de engenhos e da agricultura, questionava o excesso de licenças concedidas pelo rei, “de quantos alvarás de permissão que Vossa Alteza tem mandado passar, todos se querem utilizar deles aqui”, alegando que a extração do pau-brasil não assegurava uma estabilidade de vida que ele, por sua vez, tentava estabelecer através dos engenhos. Esta atividade não somente era mais rentável no curto prazo como acabava absorvendo todo o trabalho ofertado pelos nativos. Os “armadores de brasil”, como eram chamados na época, sabendo que Duarte Coelho era contra tal atividade, buscaram se instalar na Capitania de Itamaracá, onde o próprio donatário era, segundo Coelho, um “feitor de armadores”.

Na Foral de Pernambuco, concedida a Duarte Coelho no dia 10 de março de 1534 (Mello e Albuquerque, 1967, p. 20), destacam-se os privilégios concedidos pelo rei com o intuito de atrair novos colonizadores:

(...) querendo o dito Capitão e moradores e povoadores da dita Capitania trazer ou mandar trazer, por si ou por outrem, a meus Reinos ou senhorios qualquer sorte de mercadorias que na dita terra e partes delas houver, tirando escravos e as outras cousas que acima são defesas; e serão recolhidos e agasalhados em quaisquer portos, cidades, vilas ou lugares dos ditos meus Reinos e senhorios em que vierem aportar, e não serão constringidos a descarregar suas mercadorias nem as vender em algum dos ditos portos, cidades ou vilas contra suas vontades, se para outras partes antes quiserem ir fazer seus proveitos; e querendo-os vender nos ditos lugares de meus Reinos e senhorios não pagarão neles direito algum, somente a siza do que venderem, posto que pelos Forais, Regimentos ou costumes dos tais lugares fossem obrigados a pagar outros direitos ou tributos.

O sistema de capitanias transformou radicalmente a disposição do território colonial, concedendo grandes porções de terras a membros seletos da nobreza, que puderam gozar de considerável autonomia política e econômica ao longo de algumas décadas, determinando o futuro da colônia. Em especial, Duarte Coelho pôde transformar a Capitania de Pernambuco na faixa de terra mais rentável do reino durante o ciclo do açúcar, e isso só foi possível porque, como donatário, pôde administrar o uso da terra do jeito que julgava melhor, convidar portugueses interessados em construir engenhos, adquirir a mão de obra que lhe fosse conveniente e gozar de liberdade para comercializar seus produtos em todo o reino. As capitanias resultaram na condição ideal para que o ciclo do açúcar viesse a se instalar. O termo *slave sugar complex*, cunhado por Barbara Solow, resume a

grandiosidade deste ciclo econômico em três elementos cruciais: a mão de obra escrava, a exportação e o grande latifúndio.

A extinção do sistema de capitanias ocorreu formalmente em 28 de fevereiro de 1821, pouco mais de um ano antes da declaração de independência, e a maioria das capitanias tornaram-se províncias. A existência das Câmaras Municipais nesse período é de total importância:

(...) em toda a história do Brasil Colônia o poder estava concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terra — a classe senhorial latifundiária dominante —, apesar da existência do governador-geral e mais tarde do vice-rei. A classe senhorial dominava a vida política, econômica, social e cultural da colônia e seus interesses eram representados e defendidos pelas Câmaras Municipais. As Câmaras decidiam sobre a administração dos municípios, impostos, salários, abastecimentos, guerra e paz com os índios etc.²

Com isso, este artigo busca verificar se as formações sociais do período possuem, até a data, características fortes, determinadas no período colonial, como consequência do sistema implantado.

É daí que surge o interesse em considerar no modelo estimado variáveis relacionadas à concentração de terras e renda, institucionais e de desenvolvimento e que, na opinião deste autor, começaram a desenvolver suas características iniciais no momento da colonização. Dado que não existiu no país nenhum tipo de organização social anterior ao sistema de CHs, este sistema foi a primeira forma de colonização iniciada no país.

3 DADOS

No modelo aqui adotado, com o município sendo a unidade de observação, têm-se como variáveis dependentes: *o GINI renda, GINI terra, persistência política, índice de governança, acesso à justiça, número total de empresas públicas, número de cartórios, número de agências bancárias públicas, PIB_ e gastos públicos*. O significado, a construção e a fonte dessas variáveis são explicados com detalhe a seguir. As variáveis independentes ligadas às CHs, e os demais controles, também estão explicados abaixo.

São utilizados os dados de latitude e longitude de cada capitania e o ano de fundação de cada município para construir a variável *Indice_CH*. Primeiramente, identifica-se, através da latitude e da longitude, a CH à qual o município pertence. Em seguida, calcula-se o seguinte índice para o município *i* pertencente à CH *j*:

$$\text{Indice } CH_{ij} = (Novo_j - AN_{ij}) / Novo_j \quad (1)$$

2. Extraído do sítio: <www.brasilecola.com>. Acesso em: 26 jun. 2009.

sendo AN_{ij} o ano em que o município i da CH j foi fundado e $Novo_j$ o ano em que o município mais novo desta CH foi fundado. O índice será igual a zero se o município não tiver sido localizado como pertencente a alguma CH. CH_{ij} será mais próximo de um, ou seja, terá maior peso, quanto mais distante o ano de criação do município i for de seu município mais novo. Partimos do pressuposto de que quanto mais antiga a colonização na região maior a influência do sistema de CHs em relação à formação do município.

Como exemplo, considerando a Capitania de São Vicente, temos que, de todos os municípios a ela pertencentes, Ilha Comprida é o mais novo (com data de fundação mais próxima da data atual), fundado em 1993. O município de Santos é o mais antigo, fundado em 1545, e o segundo mais antigo é Itanhaém, fundando em 1561. Nesse caso atribuímos o valor 0,2247 para Santos e 0,2167 para Itanhaém.

A variável *Indice_CH_Dist* foi construída a partir da interação do índice descrito acima com a distância em relação a Portugal.³

Construiu-se também a variável *CH*, que é zero, caso o município nunca tenha pertencido a nenhuma CH no passado, e um, caso contrário. A variável *CH_Dist* é o produto da variável *CH* pela variável *distância de Portugal*.

Incluiu-se ainda a variável *litoral*, uma *dummy* que assume valor um se o município está localizado na costa brasileira e zero, caso contrário. Pretende-se com esta variável refinar a análise dos efeitos da distância entre os municípios e Portugal previamente discutidos na literatura. Considerando a dificuldade na exploração das terras do Brasil no início da colonização, dois municípios equidistantes de Portugal podem ter sido influenciados de maneira distinta, pelo fato de estarem no litoral ou não. Espera-se que um município localizado na costa seja mais afetado pela presença dos colonizadores do que um município igualmente distante de Portugal, porém localizado no interior do território brasileiro.

Em relação às variáveis históricas, foram construídas as variáveis referentes às culturas da cana e do ouro, seguindo Naritomi, Soares e Assunção (2012). As duas foram criadas com base em Simonsen (1937). Segundo o autor, os municípios criados antes de 1760, que pertenciam aos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Espírito Santo tiveram em suas áreas a colonização da cana-de-açúcar. Portanto, com base nessa informação, definiu-se que todos os municípios com estas características recebem valor um para a variável *Ciclo_Cana*. Já os municípios que não pertencem a estes estados e nem foram criados antes

3. O procedimento de interagir a variável de interesse com a distância em relação a Portugal é feito também em Naritomi, Soares e Assunção (2012). Ele busca identificar o efeito heterogêneo de um município em uma mesma capitania com uma distância grande em relação à colônia comparativamente a outro na mesma capitania, mas mais próximo a Portugal.

de 1760 recebem o valor zero, dado que sofreram pouca ou nenhuma influência da colonização desse tipo de ciclo. Para a construção da variável *Ciclo_Ouro* identificou-se o ciclo do ouro como o período compreendido entre os anos 1695 e 1800 (Simonsen, 1937), assim todos os municípios que pertenceram aos estados de Bahia, Goiás, Mato Grosso ou Minas Gerais (que sofreram influência desse tipo de colonização) recebem o valor um se foram criados nesse período e pertencem aos estados em questão, e zero, caso contrário. Em relação às variáveis institucionais, quatro são baseadas em Naritomi, Soares e Assunção (2012). A primeira variável institucional é o índice de Gini de desigualdade de terra baseado no Censo Agrícola desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1996.

A fonte das próximas três variáveis construídas é a pesquisa do IBGE do Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001. A segunda variável institucional mede a persistência política. É uma *dummy* que indica se o prefeito do município foi ou não reeleito em 2000, ou seja, essa variável mede o poder político municipal. Se o prefeito foi reeleito na eleição de 2000, a variável recebe valor um, caso não tenha havido reeleição, seu valor é zero.

A terceira variável é o *índice de governança*, e mede a qualidade das práticas governamentais. É uma soma de dois indicadores, e o valor desta variável pode ir de zero a nove, quanto mais próximo de nove, melhores são as práticas governamentais que apresenta o município. Os dois indicadores são: número de instrumentos administrativos (a soma de variáveis binárias que indicam a existência de distritos administrativos das cidades, do Plano Diretor, da Lei de Parcelamento do Solo, da Lei de Zoneamento, do Código de Obras e do Código de Posturas) e o número de instrumentos de planejamento (que é calculada também através da soma das seguintes variáveis binárias: existência de Plano de Governo, de Plano Estratégico e da Lei Orgânica).

Por fim, a quarta variável institucional utilizada mede o acesso à Justiça de cada município. Esta varia de zero a três de acordo com a existência ou não de Tribunal de Pequenas Causas, de Conselho Tutelar, e de Comissão de Defesa do Consumidor.

Para complementar o trabalho usaremos variáveis inéditas em relação aos trabalhos da literatura. Uma delas é o *número total de empresas públicas per capita* existentes nos municípios baseado na Pesquisa de Gestão Pública de 2004 do Banco Central do Brasil (BCB). Esta variável é a soma de quatro outros indicadores (o número de sociedades com economia mista, o número de empresas públicas, o número de autarquias, e número de fundações existentes a nível municipal). Vale ressaltar que estes últimos dados não estavam abertos na pesquisa do Perfil de 2001, por esse motivo usamos os dados da Pesquisa de Gestão Pública de 2004.

Ainda utilizamos, como variáveis institucionais, o *número de cartórios per capita* existentes em cada município, sendo a fonte desses dados a Relação Anual

de Informações Sociais (Rais) de 2006, ano em que essa informação começou a ser divulgada. Dados referentes ao número de agências bancárias públicas *per capita* em funcionamento no país também são utilizadas como forma de medir a concentração do poder público municipal. Os números de agências do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CAIXA) foram coletados no *site* do BCB, e são referentes a setembro de 2007, já que os dados apenas estão disponíveis a partir desta data.

Seguindo a literatura sobre os determinantes da desigualdade de renda para os municípios, serão utilizados como variáveis de controle, em relação à geografia de cada município (Controle Geográfico), o tipo de solo – fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) –, a quantidade de chuva – fonte: Instituto Nacional de Geotecnia (Ingeo) –, a altitude e a temperatura média (fonte: Ipeadata), a distância em relação a Portugal (distância euclidiana em graus calculada desde o ponto central de cada município até Lisboa) e o ano de fundação dos municípios (fonte: IBGE). Irá controlar-se também pelo Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) renda, IDH educação, pela proporção da população economicamente ativa (PEA) urbana e pelos anos de estudo da população (controle socioeconômico). Estes últimos dados foram coletados do *site* do Ipeadata, e são referentes ao ano de 2000.

Alguns dos dados utilizados referentes às características socioeconômicas dos municípios, como o PIB *per capita* e os gastos públicos municipais *per capita* (variável *gastos*), também foram coletados através do *site* do Ipeadata e utilizou-se o ano 2000 como base da análise. O índice de Gini de renda, uma variável de grande interesse deste estudo, também tem como fonte o Ipeadata, ano de 2000.

3.1 Análise descritiva da amostra

A tabela 1 mostra as médias e os desvios-padrão das variáveis dependentes do modelo deste estudo em nível e em termos *per capita*,⁴ e concentra-se a comparação para as variáveis nestas medidas. A amostra é subdividida em três grupos: o primeiro corresponde a todos os municípios, o segundo engloba apenas os municípios que pertenceram a alguma CH, e o terceiro corresponde aos municípios que não pertenceram a nenhuma CH.⁵

Observa-se que o índice de Gini de desigualdade de terra parece se comportar como o esperado. A divisão das terras dos municípios que pertenceram a alguma CH parece ter sido menos homogênea em comparação ao grupo dos que não pertenceram (0,73 *versus* 0,64). O mesmo é indicado pelo índice de Gini de renda, os municípios que não pertenceram a CHs no passado têm melhor distribuição de renda (0,56 *versus* 0,55).

4. Ver, na tabela A.1 no apêndice, a estatística descritiva das outras variáveis utilizadas.

5. Não foi feito um teste estatístico de diferença de médias entre os grupos para não poluir o trabalho. A tabela busca apenas ilustrar comparações entre médias não condicionais.

TABELA 1
Estatísticas descritivas para a amostra de todos os municípios, e dos pertencentes ou não a alguma das capitanias

| | Total municípios | | | Pertencentes a CH | | | Não pertencentes a CH | | |
|---|------------------|---------------|-------------|-------------------|---------------|-------------|-----------------------|---------------|-------------|
| | Média | Desvio-padrão | Observações | Média | Desvio-padrão | Observações | Média | Desvio-padrão | Observações |
| Índice de GINI terra (0 a 1) | 0,688 | 0,133 | 4.671 | 0,730 | 0,115 | 2.397 | 0,643 | 0,136 | 2.274 |
| Índice de GINI renda (0 a 1) | 0,561 | 0,058 | 5.203 | 0,569 | 0,054 | 2.717 | 0,552 | 0,062 | 2.486 |
| Persistência política (1 ou 0) | 0,431 | 0,495 | 5.208 | 0,484 | 0,500 | 2.721 | 0,373 | 0,484 | 2.487 |
| Persistência política <i>per capita</i> | 0,000061 | 0,00011 | 5.208 | 0,000059 | 0,0001 | 2.721 | 0,000063 | 0,00012 | 2.487 |
| Índice de governança (0 a 10) | 3,587 | 2,032 | 5.208 | 3,297 | 1,970 | 2.721 | 3,904 | 2,052 | 2.487 |
| Índice de governança <i>per capita</i> | 0,000407 | 0,00043 | 5.208 | 0,000306 | 0,00033 | 2.721 | 0,000517 | 0,00049 | 2.487 |
| Acesso à justiça (0 a 3) | 1,176 | 0,940 | 5.208 | 1,028 | 0,963 | 2.721 | 1,339 | 0,887 | 2.487 |
| Acesso à justiça <i>per capita</i> | 0,000112 | 0,00014 | 5.208 | 0,000072 | 0,0001 | 2.721 | 0,000156 | 0,00015 | 2.487 |
| Número total de empresas públicas | 0,344 | 1,361 | 5.208 | 0,297 | 1,098 | 2.721 | 0,396 | 1,601 | 2.487 |
| Número total de empresas públicas <i>per capita</i> | 0,000046 | 0,00038 | 5.208 | 0,000032 | 0,0002 | 2.721 | 0,000061 | 0,00051 | 2.487 |
| Número de cartórios | 1,034 | 2,823 | 5.208 | 0,931 | 2,993 | 2.721 | 1,148 | 2,618 | 2.487 |
| Número de cartórios <i>per capita</i> | 0,00058 | 0,000114 | 5.208 | 0,00004 | 0,000102 | 2.721 | 0,000079 | 0,000123 | 2.487 |
| Número de agências bancárias públicas ¹ | 1,151 | 7,848 | 5.250 | 1,280 | 10,142 | 2.721 | 1,023733 | 4,203457 | 2.529 |
| Agências públicas <i>per capita</i> ¹ | 0,000043 | 0,000150 | 5.250 | 0,00004 | 0,000194 | 2.721 | 0,000046 | 0,000079 | 2.529 |
| PIB municipal <i>per capita</i> (R\$ mil) | 4,384 | 5,495 | 5.206 | 3,237 | 5,757 | 2.721 | 5,663 | 4,879 | 2.485 |
| Gasto público <i>per capita</i> (R\$ mil) | 447,836 | 245,122 | 4.361 | 374,427 | 215,023 | 2.134 | 519,491 | 251,458 | 2.227 |

Fonte: BCB.

Nota: ¹ CAIXA e BB.

A indicação esperada, de que o fato histórico ligado à criação das CHs gerou maior concentração política entre os municípios que participaram desse processo, não foi observada. Conforme indicado pela variável de persistência política, os municípios que nunca pertenceram a uma CH no passado apresentam maior número de prefeitos reeleitos do que os que estavam dentro dos limites territoriais das CHs (0,00005 *versus* 0,00006).

As médias das variáveis *índice de governança e acesso à justiça* são positivos, suas médias são maiores para os municípios que não estiveram ligados à divisão das CHs (0,0005 e 0,0001 *versus* 0,0003 e 0,00007, respectivamente). Portanto, as práticas governamentais e o acesso a instituições judiciárias parecem ter sido mais bem providos nos municípios não participantes das CHs.

Em relação às variáveis que indicam concentração do poder público local, vemos que há mais empresas públicas nos municípios que não pertenceram a CHs (0,00006 *versus* 0,00003). O mesmo se observa para as variáveis do *número de cartórios* e *número de agências bancárias públicas* (0,00008 *versus* 0,00004 e 0,000046 e 0,00004, respectivamente). Isto pode ser um forte indicativo de que estes municípios sejam mais burocráticos do que os que pertenceram a CHs no passado.

As variáveis *PIB* (em mil reais *per capita*) e *gasto público* (em mil reais *per capita*) apresentam média maior para os municípios que não pertenceram a nenhuma CH (R\$ 5,6 *versus* R\$ 3,72 mil e R\$ 521 *versus* R\$ 375, respectivamente). Isto pode ser um indicativo de que tal sistema de colonização tenha tido impactos negativos sobre desenvolvimento e indicadores fiscais dos municípios que pertenceram a CHs no passado.

4 IMPLEMENTAÇÃO EMPÍRICA

Os autores sugerem a hipótese que o sistema de CHs teria deixado consequências importantes que explicariam não somente grande parte das desigualdades de terra ou renda atuais dos municípios que sofreram esse tipo de colonização, mas também outras variáveis institucionais.

Embora o principal objetivo deste artigo seja testar se a desigualdade de terra municipal observada hoje pode ser associada à locação histórica das CHs no passado, e se, nesse caso, o efeito da produção de cana-de-açúcar sobre o tamanho atual da propriedade das fazendas depende de ter o município participado ou não das CHs, também se busca identificar se a colonização via CH teria impactado as demais variáveis socioeconômicas que podem determinar as características institucionais atuais dos municípios.

Como se pretende estimar o efeito da colonização (CH) sobre diversas variáveis institucionais que podem estar correlacionadas, o método de estimação utilizado é o das Regressões Aparentemente não Correlacionadas – *Seemingly*

Unrelated Regressions (SUR). A aplicação do método SUR serve para a estimativa conjunta de diferentes equações que podem estar correlacionadas através dos resíduos. Diferentes regressões, mas que são compostas pelas mesmas variáveis explicativas, são modeladas com erros correlacionados – os erros incluem fatores que são comuns a todos as dependentes – e, portanto, há ganhos na estimação conjunta das mesmas.

Ou seja, o modelo a ser estimado em relação às variáveis institucionais pode ser escrito como segue:

$$Y_{1i} = \beta_0 + \beta_1 CH_i + \beta_2 CH_i * DistPort + \beta_3 Litoral + \beta_4 Ciclo + \beta_5 X_i + \beta_6 Z_i + u_i \quad (2)$$

sendo Y o vetor que representa as dez variáveis dependentes (*GINI terra*, *GINI renda*, *persistência política*, *índice de governança*, *acesso à justiça*, *número de cartórios*, *número de agências bancárias públicas*, *número total de empresas públicas*, *PIB e gasto*), já descritas, e X e Z os vetores que representam, respectivamente o *controle geográfico* e o *controle socioeconômico*.

CH_i corresponde à variável *Índice_CH*; *distância de Portugal* corresponde à variável que mede a distância euclidiana em relação a Portugal; *controle geográfico* são as variáveis de solo, quantidade de chuva, temperatura e altitude, e as *dummies* de região (todas estas variáveis estão inseridas em todas as regressões de todas as seções); *controle socioeconômico* são as variáveis *IDH renda*, *IDH educação*, *anos de estudos da população* e *proporção da PEA urbana* (que também estão presentes em todas as regressões, em todas as seções); *ciclo* inclui tanto a variável *Ciclo_Cana* quanto a *Ciclo_Ouro*. Conforme será visto em alguns casos são feitos testes sem essas variáveis, em seguida elas são colocadas para medir seus impactos e ainda para permitir a interação destas com a *distância de Portugal*. Vale ressaltar que todas as variáveis do *controle socioeconômico*, as institucionais, tanto como *PIB* e *gasto*, estão em termos *per capita*.

5 RESULTADOS: SUR

5.1 *Índice_CH* usando toda a amostra

Foi rodado um SUR para as dez variáveis dependentes em questão – *GINI terra*, *GINI renda*, *persistência política*, *índice de governança*, *acesso à justiça*, *número de cartórios*, *número de agências bancárias públicas*, *número total de empresas públicas*, *PIB* e *gasto*.

Foram incluídas as variáveis econômicas *PIB* e *gasto* na regressão principal, pois se espera encontrar o efeito direto do sistema de CHs sobre tais variáveis.

Mas, dada a possibilidade de existência de causalidade reversa entre desenvolvimento e instituições, foram também feitos testes de dois estágios para verificar se as instituições foram determinadas pelo sistema de CHs num primeiro momento e se teriam impactado, posteriormente, nas variáveis *PIB* e *gasto* da atualidade.⁶

O SUR será analisado em seis variáveis dependentes apresentando-se duas variações para cada variável nas tabelas 2A e 2B.⁷ Na primeira coluna da tabela, em relação às variáveis de interesse históricas, o controle é feito pelo *Índice_CH*, *Índice_CH_Dist* (interação entre a variável *Índice_CH* e a *distância de Portugal*) e *litoral*. Na segunda coluna da tabela são adicionados os controles *Ciclo_Cana*, *Ciclo_Ouro*, *Cana_Dist* e *Ouro_Dist* (interação entre as variáveis de ciclos e a *distância de Portugal*). As demais variáveis de controle citadas e especificadas na seção 3 estão presentes em todas as variações de cada SUR.

Além das variáveis de controle geográfico foram inseridas no modelo as variáveis de controle socioeconômicas contemporâneas já citadas (*IDH renda*, *IDH educação*, *anos de estudo da população* e *PEA urbana*). A razão disso é que em dados de *cross-section*, e pelo fato de não haver controle de efeito fixo dos municípios, estas variáveis capturam características idiossincráticas do município em análise. Mais importante, o *IDH renda* e o *IDH educação* apontam para indicadores de desenvolvimento relativo destes municípios, o *que* ajuda a diminuir o eventual efeito fixo omitido. Assim, o que se estima aqui é o efeito líquido das variáveis socioeconômicas.

A *coluna 1* corresponde ao resultado do SUR de todas as variáveis independentes descritas sobre o *GINI terra*. Tem-se como resultado que o fato de o município ter pertencido a alguma CH no passado está positivamente associado ao *GINI terra*, ou seja, caso a interpretação seja causal, ele tem um efeito concentrador de terras. Quanto mais antigo for o município que tiver pertencido a alguma CH, pior será a distribuição de terras. Estimou-se que municípios que pertenceram a uma CH aumentaram em 2,9 a medida de desigualdade de terra. Em outras palavras, se se aumentar o *Índice_CH* em um desvio-padrão tem-se um aumento do índice de Gini de concentração de terras de pouco mais da metade de seu desvio-padrão.

Este efeito é reduzido à medida que os municípios em análise estão mais distantes de Portugal. Desta forma, uma possível herança histórica deixada pelo sistema de CHs sob a distribuição de terras parece encontrar apoio nos resultados.

6. Foram feitos seis testes de dois estágios. Considerou-se o impacto do *Índice_CH* e *Índice_CH_Dist* sobre três variáveis instrumentalizadas: *GINI terra*, *persistência política* e *índice de governança* – foram feitas combinações 2 a 2 para o primeiro estágio. E logo, no segundo estágio, mediu-se o impacto dessas variáveis (*GINI terra*, *persistência política*, *índice de governança*) sobre *PIB* e *gastos*. Não se verificou significância estatística para nenhum dos testes de dois estágios gerados.

7. Ver na tabela A.2 no apêndice o resultado para as outras quatro variáveis dependentes. Nestas, a variável de interesse (CH) não possui efeito. Para não poluir demais o estudo optou-se por não apresentar estes resultados no corpo principal do trabalho.

TABELA 2A
Regressões com o Índice CH

| Seção 5.1 – Índice CH | Coluna 1: Gini terra | | Coluna 2: Gini renda | | Coluna 3: PIB | |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| Índice_CH | 2,947*** (0,690) | 2,897*** (0,747) | 0,641** (0,325) | 0,780** (0,352) | 6,444** (2,796) | 4,936 (3,021) |
| Índice_CH_Dist | -0,038*** (0,009) | -0,037*** (0,010) | -0,006 (0,004) | -0,007 (0,005) | -0,085** (0,037) | -0,071* (0,040) |
| Litoral | 0,059*** (0,009) | 0,061*** (0,009) | 0,016*** (0,004) | 0,017*** (0,004) | 0,099*** (0,037) | 0,060 (0,037) |
| Ciclo_Cana | | 0,374 (0,290) | | -0,026 (0,136) | | -3,193*** (1,171) |
| Ciclo_Ouro | | -0,351 (0,242) | | -0,046 (0,114) | | -0,379 (0,977) |
| Cana_Dist | | -0,006 (0,004) | | 0,000 (0,002) | | 0,051*** (0,017) |
| Ouro_Dist | | 0,005 (0,003) | | 0,001 (0,001) | | 0,003 (0,013) |
| Proporção PEA urbana | 0,155*** (0,010) | 0,155*** (0,010) | -0,021*** (0,005) | -0,021*** (0,005) | 0,009 (0,041) | 0,011 (0,041) |
| IDH renda | -0,457*** (0,045) | -0,463*** (0,045) | 0,106*** (0,021) | 0,105*** (0,021) | 4,432*** (0,183) | 4,458*** (0,183) |
| IDH educação | -0,203*** (0,044) | -0,200*** (0,044) | -0,188*** (0,021) | -0,189*** (0,021) | 1,003*** (0,178) | 1,007*** (0,178) |
| Anos de estudo da população | -43,382*** (3,393) | -43,108*** (3,394) | -24,644*** (1,596) | -24,557*** (1,598) | 77,156*** (13,751) | 73,926*** (13,716) |
| Ano de fundação | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) |
| Distância de Portugal | 0,001*** (0,001) | 0,001*** (0,001) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,012*** (0,002) | 0,012*** (0,002) |
| Quantidade de chuva | 0,000 (0,001) | -0,000 (0,001) | -0,002*** (0,000) | -0,002*** (0,000) | 0,005* (0,003) | 0,005** (0,003) |
| Tipo de solo | Sim - | Sim - | Sim - | Sim - | Sim - | Sim - |
| Altitude | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000*** (0,000) | 0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) |
| Temperatura média | 0,003*** (0,001) | 0,003*** (0,001) | 0,001*** (0,000) | 0,001*** (0,000) | -0,004 (0,003) | -0,004 (0,003) |
| Dummy Centro-Oeste | 0,060*** (0,009) | 0,060*** (0,009) | 0,027*** (0,004) | 0,027*** (0,004) | -0,103*** (0,035) | -0,107*** (0,035) |
| Dummy Nordeste | 0,061*** (0,013) | 0,060*** (0,013) | -0,004 (0,006) | -0,004 (0,006) | 0,000 (0,051) | 0,000 (0,051) |

(Continua)

(Continuação)

| Seção 5.1 – Índice CH | Coluna 1: Gini terra | | Coluna 2: Gini renda | | Coluna 3: PIB | |
|-----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| <i>Dummy</i> Sudeste | 0,043*** (0,007) | 0,043*** (0,007) | -0,011*** (0,003) | -0,011*** (0,003) | 0,051* (0,028) | 0,049* (0,028) |
| Constante | 0,831*** (0,068) | 0,834*** (0,068) | 0,645*** (0,032) | 0,646*** (0,032) | -3,320*** (0,276) | -3,303*** (0,276) |
| Observação | 3.935 | 3.929 | 3.935 | 3.929 | 3.935 | 3.929 |
| R-sq | 0,3847 | 0,3853 | 0,2654 | 0,2659 | 0,6594 | 0,6623 |

TABELA 2B

Regressões com o Índice CH

| Seção 5.1 – Índice CH | Coluna 4: Gastos | | Coluna 5: Número de agências bancárias públicas ¹ | | Coluna 6: Persistência política ¹ | |
|-----------------------------|------------------------|------------------------|---|----------------------|---|----------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| Índice_CH | -11,063*** (2,846) | -15,065*** (3,065) | 3,063*** (1,076) | 1,333 (1,163) | -2,074*** (0,594) | -2,459*** (0,644) |
| Índice_CH_Dist | 0,136*** (0,038) | 0,186*** (0,040) | -0,038*** (0,014) | -0,018 (0,015) | 0,026*** (0,008) | 0,031*** (0,008) |
| Litoral | 0,102*** (0,037) | 0,079** (0,038) | -0,040*** (0,014) | -0,055*** (0,014) | -0,001 (0,008) | -0,003 (0,008) |
| Ciclo_Cana | | 0,562 (1,188) | | -0,022 (0,451) | | 0,180 (0,250) |
| Ciclo_Ouro | | 5,277*** (0,991) | | -0,066 (0,376) | | -0,014 (0,208) |
| Cana_Dist | | -0,004 (0,017) | | 0,003 (0,006) | | -0,002 (0,004) |
| Ouro_Dist | | -0,073*** (0,013) | | 0,000 (0,005) | | 0,000 (0,003) |
| Proporção PEA urbana | -0,017 (0,042) | -0,010 (0,041) | -0,015 (0,016) | -0,013 (0,016) | 0,002 (0,009) | 0,002 (0,009) |
| IDH renda | 1,234*** (0,187) | 1,232*** (0,186) | 0,194*** (0,071) | 0,203*** (0,070) | -0,064* (0,039) | -0,064 (0,039) |
| IDH educação | -0,181 (0,181) | -0,180 (0,181) | 0,031 (0,069) | 0,030 (0,069) | -0,074* (0,038) | -0,074* (0,038) |
| Anos de estudo da população | 471,422*** (13,995) | 468,902*** (13,916) | 2,178 (5,293) | 1,024 (5,282) | 79,185*** (2,920) | 79,088*** (2,924) |
| Ano de fundação | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) |
| Distância de Portugal | 0,012*** (0,002) | 0,012*** (0,002) | -0,002** (0,001) | -0,002*** (0,001) | -0,002*** (0,000) | -0,002*** (0,000) |

(Continua)

(Continuação)

| Seção 5.1 – Índice CH | Coluna 4: Gastos | | Coluna 5: Número de agências bancárias públicas ¹ | | Coluna 6: Persistência política ¹ | |
|---------------------------|----------------------|----------------------|---|----------------------|---|---------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| Quantidade de chuva | -0,000 (0,003) | -0,000 (0,003) | -0,000 (0,001) | -0,000 (0,001) | -0,001 (0,001) | -0,001 (0,001) |
| Tipo de solo | Sim – | Sim – | Sim – | Sim – | Sim – | Sim – |
| Altitude | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) |
| Temperatura média | 0,002 (0,003) | 0,002 (0,003) | -0,020*** (0,001) | -0,020*** (0,001) | -0,001* (0,001) | -0,001* (0,001) |
| <i>Dummy</i> Norte | -0,076 (0,049) | -0,086* (0,048) | 0,087*** (0,018) | 0,083*** (0,018) | 0,002 (0,010) | 0,001 (0,010) |
| <i>Dummy</i> Centro-Oeste | 0,118*** (0,036) | 0,113*** (0,036) | 0,083*** (0,013) | 0,079*** (0,014) | 0,002 (0,007) | 0,001 (0,007) |
| <i>Dummy</i> Nordeste | 0,177*** (0,052) | 0,177*** (0,052) | 0,063*** (0,020) | 0,064*** (0,020) | -0,010 (0,011) | -0,011 (0,011) |
| <i>Dummy</i> Sudeste | 0,219*** (0,029) | 0,212*** (0,029) | 0,016 (0,011) | 0,014 (0,011) | -0,011* (0,006) | -0,011* (0,006) |
| Constante | 3,985*** (0,281) | 4,000*** (0,280) | 0,539*** (0,106) | 0,548*** (0,106) | 0,275*** (0,059) | 0,277*** (0,059) |
| Observações | 3.935 | 3.929 | 3.935 | 3.929 | 3.935 | 3.929 |
| <i>R</i> -sq | 0,4094 | 0,418 | 0,0697 | 0,0772 | (0,201) | 0,2013 |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹Coefficientes multiplicados por mil. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.

Torna-se aqui necessário comparar os efeitos da distância em relação a Portugal previamente abordados na literatura. Naritomi, Soares e Assunção (2012) encontram que os efeitos negativos se incrementam com a menor distância dos municípios de Portugal. Observam que quanto maior a proximidade dos municípios do ciclo do ouro em relação à metrópole piores eram os indicadores atuais de práticas governamentais e menor o acesso à Justiça atual. Os municípios sob influência do ciclo da cana, quanto mais próximos de Portugal, maior a concentração de terras que apresentam hoje e pior sua distribuição de renda. Confirmam, portanto, a influência negativa da maior interferência de Portugal, particularmente quando associada a atividades extrativas. Alternativamente, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) consideram a distância em relação ao Equador como variável de controle e observam uma tendência de maior desenvolvimento econômico e melhores indicadores sociais à medida que a distância entre um município e a linha do Equador aumenta.

Seguindo Naritomi, Soares e Assunção (2012) controlou-se para a distância de um município em relação a Portugal, e conforme explicado anteriormente, foi encontrada correlação negativa entre a variável de interação *Indice_CH_Dist* e a variável dependente *GINI terra*. Em outras palavras, dado que o município pertenceu a alguma CH no passado, quanto mais distante da metrópole este for, melhor distribuídas estão suas terras. Portanto, com base nos resultados, pode-se inferir que as CHs mais distantes de Portugal, pelo menos no que diz respeito à distribuição de terras, foram beneficiadas positivamente.

Considerando os custos de transporte e a vastidão do território brasileiro, pode-se supor que municípios mais distantes geograficamente de Portugal eram menos influenciados pelas políticas e decisões adotadas pelo governo português. Especificamente, municípios mais distantes recebiam menos investimentos, possuíam menos instrumentos de controle e eram marcados por uma presença menor de representantes da Coroa. Em outras palavras, o custo associado a distância geográfica parece ter gerado certo desinteresse da metrópole pelos municípios mais longínquos, o que pode ter influenciado um desenvolvimento político e social autônomo e possibilitado uma distribuição maior de terras. Por exemplo, na coluna A tem-se que um aumento de um uma unidade de *Indice_CH_Dist* diminui o *GINI terra* em 0,038.

É interessante ressaltar que o efeito da variável *distância de Portugal*, ou seja, o efeito da distância sobre o *GINI terra* para aqueles municípios que não pertenceram a nenhuma capitânia, é positivo. Isto é, quanto maior a distância em relação a Portugal, sem se considerar a influência do sistema de CHs, pior a distribuição de terras. Essa inversão de sinal parece capturar o efeito do distanciamento de Portugal em direção ao interior do Brasil, desbravamento de território este que aconteceu posteriormente à extinção do sistema de CHs. Calculou-se pelos dados que a média do *GINI terra* para os municípios pertencentes à região Centro-Oeste é de 0,7017 e desvio-padrão 0,0994 contra uma média geral de 0,6872 e desvio-padrão 0,1335.⁸

No tocante à localização do município na costa brasileira (*litoral*), os resultados corroboram a hipótese dos autores de que estar no litoral é relevante e modifica a relação entre a metrópole e a colônia. O fato de se localizar no litoral e estar relacionado a uma pior distribuição de terra reforça a hipótese acima de que os municípios de fácil acesso (litorâneos) foram marcados por uma intensa relação com o governo português, altas taxas de investimento e maior controle político e econômico. Os resultados indicam que estar localizado na costa aumenta o índice de Gini em 0,059.

8. Observou-se uma inversão de sinais semelhante entre as variáveis *Indice_CH_Dist* e *distância de Portugal* na coluna 4 onde o regressando é o PIB. Mais uma vez essa inversão parece capturar um deslocamento em direção à região Centro-Oeste, que apresentou um forte crescimento fundamentado na exportação de *commodities* como a soja, e na grande propriedade privada.

Em relação às variáveis socioeconômicas, o resultado está de acordo com o esperado. Maior proporção da PEA urbana influencia de forma negativa a distribuição de terras do município. Esse resultado pode indicar que o crescimento da área urbana se deu via apropriação de pequenas propriedades individuais, aumentando assim o índice de concentração das terras rurais, expressa no índice de Gini, calculado pelo IBGE como parte do censo agropecuário. Desta forma, uma taxa mais alta de PEA urbana pode estar associada a uma concentração maior de terras. Observa-se ainda que melhores IDH renda, IDH educação e mais anos de estudos da população resultam em mais igualdade na distribuição de terras. Evitando qualquer afirmação sobre uma relação causal, faz sentido pensar que uma população mais escolarizada e que apresenta uma distribuição de renda mais igualitária desfrute de um menor *GINI terra*.

Com a coluna B, na qual são adicionados também os controles *Ciclo_Cana*, *Ciclo_Ouro*, *Cana_Dist* e *Ouro_Dist*, vê-se que os resultados anteriores não são alterados. Mais importante ainda, observa-se que os efeitos isolados do fato de o município ter pertencido às áreas de colonização do ciclo da cana ou do ciclo do ouro, e ainda a interação com a distância em relação a Portugal, parecem não afetar a distribuição de terras. Isto reforça a hipótese de que a desigualdade de terras parece ter sido influenciada diretamente pela forma de colonização das CHs.

Na *coluna 2* apresenta-se o resultado do SUR, em que o regressando é o *GINI renda*. Os resultados das duas colunas são muito próximos, havendo apenas uma pequena diferença na magnitude dos parâmetros.

A variável *Indice_CH* apresenta relação positiva com a variável dependente, indicando que o sistema de CHs, ponderado pela idade do município, teria gerado mais desigualdade na distribuição da renda (aumento de 0,64). Como visto na seção 3, ao criar o sistema de CHs, a Coroa portuguesa concedeu uma série de benefícios e exclusividades aos donatários. Estes tinham ainda autonomia política para subdividir suas terras, transferindo a responsabilidade sobre a exploração destas para outros nobres. Desta forma, este resultado parece sustentar nossa hipótese de que o sistema de CHs implementado no início da colonização, e que dividiu o Brasil de maneira muito desigual, pode ter deixado sua herança também na concentração de renda atual dos municípios.

Nota-se que, apesar de ter o sinal esperado, a distância em relação a Portugal não apresenta qualquer tipo de relevância estatística na explicação da concentração de renda. Tanto o seu efeito isolado quanto a sua interação com o *Indice_CH* não afetam o *GINI renda*. Por outro lado, a *dummy litoral* é significativa e atua no sentido de aumentar a concentração de renda. Esse resultado reforça mais uma vez a hipótese de que um município mais acessível (no sentido de menores custos de transporte) sofreu mais influência de Portugal enquanto colônia e, portanto, seus indicadores de desenvolvimento são piores, o que também é observado em Naritomi, Soares e Assunção (2012).

As variáveis de controle socioeconômicas são significativas e inversamente correlacionadas com o *GINI renda*, com exceção da variável *IDH renda*. O *IDH renda* é um indicador de renda relativo calculado pelo PIB real *per capita* em dólares, segundo a paridade do poder de compra. Portanto, *IDH renda* alto indica PIB municipal *per capita* alto, mas não necessariamente bem distribuído. O resultado sugere que o crescimento econômico dos municípios brasileiros foi marcado pela concentração da renda. Kuznets (1955), em sua contribuição seminal sobre crescimento e desigualdade (artigo que deu origem à renomada curva de Kuznets), indica que um país passa primeiro por uma fase de crescimento concentrador de renda para posteriormente repartir toda a renda gerada. Seguindo a hipótese de Kuznets, este resultado sugere que o Brasil está em uma fase inicial de crescimento que se dá concomitantemente com uma concentração de renda. Deve-se ressaltar ainda que um crescimento desigual não diz nada sobre a evolução da pobreza, no sentido de que um país pode se tornar mais desigual e mesmo assim diminuir a pobreza em períodos de crescimento.

As demais variáveis socioeconômicas apresentam resultados esperados. Em municípios mais urbanizados e mais educados, a desigualdade de renda é menor. Por fim, ressalta-se ainda que a adição das variáveis explicativas dos ciclos da cana e do ouro em nada modificam os resultados, sugerindo ainda que a concentração de renda é uma característica anterior a estes ciclos.

Na *coluna 3* a variável dependente do SUR é o (log de mil reais *per capita* do) PIB. Na *coluna A*, as variáveis de interesse *Indice_CH* e *Indice_CH_Dist* são significativas a 5%. A primeira possui um efeito positivo (pertencer a CHs implica pouco aumento de 0,6% em reais do PIB *per capita*) enquanto a segunda é negativamente correlacionada com este (-0,085). Este segundo efeito parece interessante, pois sustenta que o efeito da distância ocorre pelo caminho oposto ao de pertencer a CH: quanto mais distante, menor o investimento realizado por Portugal e, portanto, menor o (ln *per capita* do) PIB.

Observou-se que a variável *litoral* é significativa a 1% e é positivamente correlacionada com o (ln *per capita* do) PIB. Mais uma vez os resultados sugerem que menores custos de transporte podem estar relacionados a um maior nível de investimento português e conseqüentemente a um PIB mais elevado. Não se pode ignorar o fato de que a simples localização geográfica na costa possa ser vantajosa no sentido de ampliar o comércio do município, e assim promover um crescimento econômico. Ambos os efeitos citados parecem ser relevantes para este resultado.

As demais variáveis que se mostraram significativas e têm relação positiva com o PIB, são: *IDH renda*, *IDH educação* e *anos de estudo da população*. De forma inesperada, a proporção da PEA urbana não se mostrou significativa para explicar o PIB.

Na *coluna B*, inseridos os ciclos na regressão, as variáveis *Ciclo_Cana* e *Ciclo_Cana_Dist* se mostraram significantes a 1%, enquanto a variável *Indice_CH*

perdeu toda a sua relevância estatística e o *Índice_CH_Dist* foi significante somente a 10%. Observa-se agora um resultado oposto em que as variáveis relacionadas ao ciclo do açúcar é que são relevantes para explicar o diferencial no PIB, e não as CHs, como se esperava. Mesmo contribuindo de certa forma (divisão da terra em latifúndios), a formação do sistema de CHs não seria suficiente isoladamente para promover discrepâncias significativas no PIB.

Outro resultado interessante é o efeito de redução no PIB causado pelo ciclo da cana. Por um lado poder-se-ia pensar que os capitais gerados pelo sistema açucareiro, um dos artigos tropicais mais lucrativos comercializados pela colônia, teria sido usado para desenvolver centros urbanos e novas atividades, possivelmente a manufatureira, de modo que estes municípios teriam hoje um PIB mais elevado que os demais. Porém, os resultados sugerem o contrário, e parece que Furtado (2005) apresenta uma possível explicação para compreender este fenômeno. O autor ressalta que a atividade açucareira necessitava de grandes investimentos, porém tais investimentos acabavam somente aumentando os ativos dos empresários, sem gerar qualquer fluxo de renda monetário. Ademais, o capital gerado por esta atividade, e que era extremamente concentrado na mão de poucos capitalistas, era, em sua grande maioria, destinado à importação de bens de consumo de luxo e à realização de novos investimentos, essencialmente importação de máquinas e escravos. Desta forma, a maneira como o sistema açucareiro se desenvolveu limitou o desenvolvimento de um mercado interno relevante e de atividades econômicas alternativas. O elemento dinâmico desse sistema era o açúcar, e uma vez que este se desvalorizou, toda a região sofreu contração econômica. Vale notar que Naritomi, Soares e Assunção (2012) encontram resultados similares. As áreas afetadas pelas atividades extrativas do ciclo da cana do período colonial, e sob maior influência de Portugal, possuem também pior distribuição de renda hoje e estão entre as mais pobres do Brasil.

A *coluna 4* apresenta resultados em que o (\ln) Gasto Público *per capita* é o regressando. Deve-se ressaltar que se estão considerando aqui somente os gastos públicos na esfera municipal, de forma que a variável dependente é uma *proxy* para a presença e o tamanho do poder público local. O *Índice_CH* se mostrou significativo e negativo (-11,0). Esse resultado pode sugerir que o sistema de CHs acabou por concentrar o poder e a tomada de decisão em uma esfera mais abrangente, possivelmente comparável à esfera estadual que se tem hoje.

Mesmo com as subdivisões territoriais concedidas pelo donatário de cada CH, este resultado pode sugerir que os nobres que recebiam tais terras não gozavam de fato de uma autonomia política. Todas as decisões se concentravam na figura do donatário que por sua vez se reportava diretamente à Coroa. Seguindo esta hipótese, o sistema de CHs não teve uma característica descentralizadora do poder no âmbito local, efeito este captado por uma redução substancial do tamanho do poder público municipal.

O *Indice_CH_Dist*, assim como as variáveis *litoral* e *distância de Portugal* determinam maiores gastos municipais (0,13, 0,10 e 0,01, respectivamente). No que diz respeito à distância, o resultado parece capturar uma descentralização maior da tomada de decisão nos municípios mais longínquos, dados os longos períodos sem comunicação, os altos custos de transporte e a dificuldade de se colonizar as terras mais distantes. Por outro lado, a dependência com o mar no início da colonização pode ter feito com que os donatários e nobres mais influentes tenham se concentrado no litoral, de modo que, nestes municípios, o poder local acabou ganhando certa autonomia. Dos 247 municípios localizados no litoral, 166 (68%) pertenceram ao sistema de CHs, de modo que fica aparente esta relação. Os controles socioeconômicos *IDH renda* e *anos de estudo da população* também são positivamente correlacionados com os gastos públicos municipais.

Na coluna B, observa-se que as variáveis do ciclo do ouro são ambas estatisticamente significantes ao nível de 1%. Os resultados reforçam as hipóteses da literatura de que os municípios que vivenciaram o ciclo do ouro eram marcados por uma intensa presença de instrumentos de controle do Estado português e acabaram herdando maiores níveis de burocracia, expressos aqui no aumento dos gastos públicos. Observa-se, no entanto, que as variáveis que capturam os efeitos das CHs se mantêm significantes e se tornam ainda maiores em módulo.⁹ Ou seja, mesmo controlando para as variáveis existentes na literatura, o sistema de divisão do território em CHs parece ser relevante estatisticamente para explicar os gastos públicos municipais atuais.

Na *coluna 5* foi regredido o número de agências do BB e da CAIXA *per capita* em todas as variáveis independentes anteriores. Com esta variável busca-se também captar algum efeito que as CHs tenham gerado no poder público, nos âmbitos estadual e federal. Na coluna A, as variáveis *Indice_CH*, *Indice_CH_Dist*, *litoral*, *distância de Portugal* e *IDH renda* se mostraram significativas a 1%.

O sinal positivo da variável *Indice_CH* (aumento de 0,3% no número de agências *per capita*) pode agora indicar que o fato de o município ter sofrido influência mais antiga do sistema de CHs teria determinado maior concentração de poder público estadual e federal. Além disso, de acordo com a hipótese anterior, pode-se supor que quanto maior a distância de Portugal, menor concentração de poder público nas esferas mais abrangentes em virtude de maior descentralização do Estado. A variável *litoral* também apresentou um resultado em acordo com a hipótese anterior de que o poder local detinha certa autonomia em municípios litorâneos. Por fim, mesmo sendo difícil obter uma relação de causa, observa-se que quanto mais alto o IDH renda do município, maior o número de suas agências públicas.

9. Para justificativas da relação do ciclo do ouro com os gastos públicos, ver Naritomi, Soares e Assunção (2012).

Na coluna B, a inclusão dos controles dos ciclos altera substancialmente o resultado. As variáveis de ciclo tiram as significâncias do *Indice_CH* e do *Indice_CH_Dist*, e apenas a variável *litoral* é significativa, mantendo uma relação negativa com o número de agências bancárias públicas.

Na *coluna 6*, em que a variável dependente é a *persistência política*, as variáveis de interesse *Indice_CH* e *Indice_CH_Dist* são ambas significantes a 1% e apresentam efeitos distintos sobre a persistência. Enquanto o fato de pertencer a uma CH atua no sentido de reduzir a *persistência política* (-2,07), a interação desta com a *distância de Portugal* é positivamente correlacionada e acaba suavizando o efeito das CHs na persistência (+0,026).

Considerando-se o efeito isolado da *distância de Portugal*, observa-se que quanto mais distante o município for de Portugal, menor o número de reeleições a nível municipal (-0,002) e, portanto, pode-se observar mais uma vez uma troca de sinal nas variáveis relacionadas à distância. A variável *litoral* acaba sendo insignificante nesta análise.

Em relação às características socioeconômicas dos municípios, observa-se que as variáveis *IDH renda* e *IDH educação* demonstram que maiores índices, nesses dois quesitos, determinam menor persistência política municipal. Quanto mais anos de estudo tem a população do município, maior o número de reeleições que este apresenta. A diferença do impacto do IDH educação e dos anos de estudo da população sobre a persistência política pode ser explicada por como o IDH educação é calculado. Este último é uma média entre os índices de taxa de alfabetização (que é a porcentagem das pessoas com capacidade de ler e escrever) e de taxa bruta de frequência à escola, sendo que os pondera com peso 2 e 1, respectivamente. Dessa maneira, ao contrário dos anos de estudo da população, o IDH educação não é uma medida do nível de escolaridade dos cidadãos. Portanto, faz sentido que haja uma consciência maior da população com mais anos de estudo em relação a um direcionamento e preferência partidária. Maior número de reeleição pode indicar que as pessoas mais escolarizadas analisam e acompanham a qualidade do governo do seu município, através de um melhor processamento de informação e, com isso, optam por uma consistência no governo. Pessoas apenas alfabetizadas, mas que não possuem um bom nível de escolaridade, por exemplo, podem não ter um partido de preferência e, com isso, seriam mais propícias a mudar o voto do partido e do candidato que haviam votado anteriormente.

Na coluna B, a inclusão dos controles de ciclo não alteram significativamente os resultados. A única modificação está no IDH renda, que deixa de ser significativo. Os novos controles não se mostraram significativos na influência do

número de reeleições municipais. Os resultados das demais variáveis dependentes estão contidos no apêndice.¹⁰

5.2 *Índice_CH* usando amostra reduzida (apenas quando *CH* = 1)

Nesta subseção são rodados os mesmos modelos da seção anterior, com a diferença de que aqui isto é feito para a amostra apenas dos municípios que foram diagnosticados como pertencentes a alguma *CH* no passado, ou seja, que têm valor um na variável *CH* apresentados nas tabelas 3A e 3B. Os municípios que não pertenceram a nenhuma *CH* estão fora da amostra desta subseção. Na seção da amostra completa havia 3.935 observações para cada uma das variáveis dependentes, neste caso, com a redução da amostra, o número de observações é 1.916.

TABELA 3A
Regressões com o Índice *CH* – amostra reduzida

| Seção 5.2 – Índice <i>CH</i> com amostra reduzida | Coluna 7: Gini terra | | Coluna 8: Gini renda | | Coluna 9: PIB | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| Índice_CH | 1,879*** (0,696) | 1,854** (0,758) | 0,641* (0,354) | 0,747* (0,385) | -1,299 (3,283) | -1,700 (3,561) |
| Índice_CH_Dist | -0,021** (0,009) | -0,021** (0,010) | -0,005 (0,005) | -0,006 (0,005) | 0,017 (0,044) | 0,017 (0,048) |
| Litoral | 0,007 (0,010) | 0,009 (0,011) | 0,007 (0,005) | 0,009* (0,005) | 0,251*** (0,048) | 0,216*** (0,049) |
| Ciclo_Cana | | 0,233 (0,263) | | 0,124 (0,134) | | -3,018** (1,236) |
| Ciclo_Ouro | | -0,215 (0,305) | | 0,017 (0,155) | | -0,473 (1,433) |
| Cana_Dist | | -0,003 (0,004) | | -0,002 (0,002) | | 0,047*** (0,018) |
| Ouro_Dist | | 0,003 (0,004) | | -0,000 (0,002) | | 0,005 (0,019) |
| Proporção PEA urbana | 0,055*** (0,014) | 0,055*** (0,014) | -0,015** (0,007) | -0,015** (0,007) | 0,165** (0,066) | 0,161** (0,066) |
| IDH renda | -0,419*** (0,057) | -0,424*** (0,057) | 0,034 (0,029) | 0,030 (0,029) | 4,225*** (0,267) | 4,298*** (0,267) |
| IDH educação | 0,159*** (0,052) | 0,159*** (0,052) | -0,102*** (0,026) | -0,103*** (0,026) | 0,773*** (0,244) | 0,794*** (0,243) |

(Continua)

10. As colunas 7 a 10 da tabela A.2 apresentam as estimativas do SUR com os regressandos *índice de governança*, *acesso à justiça*, *número total de empresas públicas* e *número de cartórios*, respectivamente. Não se obtiveram resultados significativos para as variáveis de interesse (*Índice_CH* e *Índice_CH_Dist*) e a inclusão dos controles de ciclos em pouco alterou os resultados. Nestas regressões apenas alguns controles socioeconômicos se relevaram estatisticamente significantes.

(Continuação)

| Seção 5.2 – Índice CH com amostra reduzida | Coluna 7: Gini terra | | Coluna 8: Gini renda | | Coluna 9: PIB | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| Anos de estudo da população | -43,388*** (5,957) | -43,231*** (5,982) | -24,596*** (3,032) | -24,157*** (3,042) | 53,118* (28,093) | 46,269* (28,115) |
| Ano de fundação | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) |
| Distância de Portugal | -0,002* (0,001) | -0,001 (0,001) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | -0,001 (0,004) | -0,003 (0,004) |
| Quantidade de chuva | 0,005*** (0,001) | 0,005*** (0,001) | -0,003*** (0,000) | -0,003*** (0,000) | 0,004 (0,003) | 0,005 (0,003) |
| Tipo de solo | Sim - | Sim - | Sim - | Sim - | Sim - | Sim - |
| Altitude | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) |
| Temperatura média | 0,003*** (0,001) | 0,003*** (0,001) | 0,001*** (0,000) | 0,001*** (0,000) | -0,012*** (0,004) | -0,012*** (0,004) |
| <i>Dummy</i> Norte | -0,092*** (0,030) | -0,092*** (0,030) | 0,699*** (0,044) | 0,050*** (0,015) | -2,007*** (0,411) | -2,003*** (0,411) |
| <i>Dummy</i> Centro-Oeste | - | - | 0,649*** (0,045) | - | -1,647*** (0,419) | -1,641*** (0,419) |
| <i>Dummy</i> Nordeste | 0,015 (0,023) | 0,015 (0,023) | 0,605*** (0,041) | -0,044*** (0,012) | -1,764*** (0,381) | -1,750*** (0,381) |
| <i>Dummy</i> Sudeste | -0,021 (0,022) | -0,021 (0,022) | 0,604*** (0,044) | -0,045*** (0,011) | -1,572*** (0,410) | -1,562*** (0,410) |
| Constante | 0,759*** (0,089) | 0,755*** (0,089) | - | 0,647*** (0,045) | - | - |
| Observações | 1.916 | 1.915 | 1.916 | 1.915 | 1.916 | 1.915 |
| <i>R</i> -sq | (0,360) | 0,3605 | 0,2098 | 0,2118 | 0,6361 | 0,639 |

Elaboração dos autores.

Nota: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.

Uma vez que todas as observações da amostra pertenceram a alguma capitania, a variável *Índice_CH* captura agora apenas o efeito da idade sobre as variáveis dependentes (aumento de 1,8 no *GINI terra* versus 2,9 da seção anterior). Na *coluna 11* vê-se que os principais resultados são mantidos em termos qualitativos. A principal diferença está na variável *litoral* que deixa de ser significativa apesar de manter o sinal esperado. O efeito da variável *distância de Portugal* passa agora a captar o efeito da distância nos municípios pertencentes às CHs independentemente da sua idade. Observe-se que o coeficiente tem o seu sinal negativo (-0,001), reforçando a sugestão proposta de que durante o sistema de CHs a distância possuía um efeito redutor da presença portuguesa e de menor concentração das terras.

TABELA 3B
Regressões com o Índice CH – amostra reduzida

| Seção 5.2 – Índice CH com amostra reduzida | Coluna 10: Gastos | | Coluna 11: Número de agências bancárias públicas ¹ | | Coluna 12: Persistência política ¹ | |
|---|------------------------|------------------------|--|----------------------|--|-----------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| | Índice_CH | -17,829*** (3,028) | -20,401*** (3,293) | 2,018 (1,614) | 0,099 (1,750) | -1,876*** (0,565) |
| Índice_CH_Dist | 0,237*** (0,041) | 0,267*** (0,044) | -0,020 (0,022) | 0,002 (0,023) | 0,025*** (0,008) | 0,029*** (0,008) |
| Litoral | 0,109** (0,045) | 0,092** (0,046) | -0,050** (0,024) | -0,069*** (0,024) | -0,002 (0,008) | -0,003 (0,009) |
| Ciclo_Cana | | 0,554 (1,142) | | -0,154 (0,607) | | 0,125 (0,214) |
| Ciclo_Ouro | | -0,059 (1,324) | | -0,038 (0,704) | | 0,055 (0,248) |
| Cana_Dist | | -0,005 (0,016) | | 0,005 (0,009) | | -0,002 (0,003) |
| Ouro_Dist | | 0,000 (0,018) | | 0,000 (0,009) | | -0,001 (0,003) |
| Proporção PEA Urbana | 0,006 (0,061) | 0,011 (0,061) | -0,068** (0,032) | -0,065** (0,032) | -0,018 (0,011) | -0,018 (0,011) |
| IDH renda | 1,040*** (0,246) | 1,065*** (0,247) | 0,107 (0,131) | 0,139 (0,131) | -0,049 (0,046) | -0,048 (0,046) |
| IDH educação | -0,015 (0,225) | -0,008 (0,225) | 0,164 (0,120) | 0,172 (0,120) | -0,002 (0,042) | -0,001 (0,042) |
| Anos de estudo da população | 545,410*** (25,909) | 541,196*** (25,993) | 14,882 (13,813) | 10,706 (13,814) | 118,185*** (4,838) | 117,912*** (4,858) |
| Ano de fundação | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) |
| Distância de Portugal | 0,000 (0,004) | -0,001 (0,004) | -0,007*** (0,002) | -0,008*** (0,002) | -0,001* (0,001) | -0,002** (0,001) |
| Quantidade de chuva | 0,002 (0,003) | 0,002 (0,003) | 0,001 (0,002) | 0,001 (0,002) | -0,000 (0,001) | -0,000 (0,001) |
| Tipo de solo | sim - | sim - | sim - | sim - | sim - | sim - |
| Altitude | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) |
| Temperatura média | -0,011*** (0,004) | -0,011*** (0,004) | -0,029*** (0,002) | -0,029*** (0,002) | -0,002** (0,001) | -0,002** (0,001) |
| Dummy Norte | 5,229*** (0,379) | 5,268*** (0,380) | 1,134*** (0,202) | 1,165*** (0,202) | -0,022 (0,025) | -0,022 (0,025) |

(Continua)

(Continuação)

| Seção 5.2 – Índice CH com amostra reduzida | Coluna 10: Gastos | | Coluna 11: Número de agências bancárias públicas ¹ | | Coluna 12: Persistência política ¹ | |
|---|---------------------------|---------------------|--|---------------------|--|---------------------|
| | A | B | A | B | A | B |
| | <i>Dummy</i> Centro-Oeste | 5,518*** (0,386) | 5,559*** (0,387) | 1,133*** (0,206) | 1,166*** (0,206) | - |
| <i>Dummy</i> Nordeste | 5,347*** (0,352) | 5,392*** (0,352) | 1,097*** (0,187) | 1,134*** (0,187) | 0,021 (0,019) | 0,021 (0,019) |
| <i>Dummy</i> Sudeste | 5,394*** (0,378) | 5,437*** (0,379) | 1,072*** (0,202) | 1,108*** (0,201) | 0,002 (0,018) | 0,002 (0,018) |
| Constante | - | - | - | - | 0,192*** (0,072) | 0,195*** (0,072) |
| Observações | 1.916 | 1.915 | 1.916 | 1.915 | 1.916 | 1.915 |
| R-sq | 0,3724 | 0,3743 | 0,1003 | 0,1088 | 0,2948 | 0,2955 |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Coeficientes multiplicados por mil. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.

Os resultados da *coluna 12* reforçam qualitativamente resultados observados na seção anterior. Na especificação A, a variável *litoral* perde sua significância, assim como a variável *IDH renda*. De um modo geral, confirma-se a hipótese de que, dado que o município pertence a uma CH, quanto mais antigo este for (mais interação com Portugal enquanto colônia), maior será a concentração de renda.

Já na *coluna 13*, tem-se que o *Índice_CH* e o *Índice_CH_Dist* se mostram insignificantes em ambas as especificações. A variável *litoral* se apresenta relevante e positivamente correlacionada com o (log de mil reais *per capita* do) PIB. Como encontrado anteriormente, o efeito histórico no PIB se dá via ciclo da cana. Os coeficientes relacionados ao ciclo da cana se mantêm significativos e negativos. A variável do ciclo possui um efeito redutor do PIB, abordado na subseção 5.1. Na *coluna 14* observa-se um resultado interessante: a variável *Ciclo_Ouro* perde a significância para explicar os (log *per capita* dos) gastos públicos. Uma possibilidade é que ao se reduzir a amostra, selecionando apenas os municípios que pertenceram a alguma capitania, têm-se poucos municípios que passaram pelo ciclo do ouro (perde-se um quarto das observações), de modo que há pouca variação na variável independente. Comparando-se os dois desvios-padrão obtidos (subseções 5.1 e 5.2) para o coeficiente da variável *Ciclo_Ouro*, tem-se que quando é reduzida a amostra, há um aumento de aproximadamente 33% deste desvio-padrão. As outras variáveis históricas referentes às CHs se mantêm significativas. Como mostrado previamente, o *Índice_CH* reduz ainda mais os gastos públicos (de -15,06 para -20,4 anteriormente) enquanto sua interação com a distância tem o sinal positivo. As variáveis *litoral* e de controles socioeconômicos permanecem significantes e seus efeitos atuam de forma similar.

A *coluna 15* aponta que nem *Índice_CH* nem *Índice_CH_Dist* são variáveis significativas para explicar o número de agências bancárias públicas. Somente as

variáveis *litoral* e *distância de Portugal* se mantêm estatisticamente significativas. O sinal destas variáveis se mantém coerente com as hipóteses realizadas na seção anterior. Por fim, a *coluna 16* aponta a manutenção da significância estatística das variáveis *Índice_CH* e *Índice_CH_Dist*, mas com magnitude bem inferior à anterior (indo de $-2,0$ para $-0,002$ para a primeira variável e de $0,02$ para $0,00002$ para a segunda).

6 ROBUSTEZ

Nesta seção são adicionados controles (além dos já apresentados nas seções anteriores), mas somente na parte A das colunas anteriores, onde os ciclos e suas variações não estão incluídos. Testa-se se as variáveis *Índice_CH* e *Índice_CH_Dist* ainda permanecem significativas nas variáveis dependentes: *GINI terra*, *GINI renda*, *PIB*, *gastos públicos* e sobre o *número de agências bancárias públicas*. Isto busca conferir a robustez dos resultados já apresentados. Espera-se não encontrar diferença qualitativa nos resultados anteriores quando são inseridos os controles adicionais. Têm-se três subseções: na primeira o controle é feito por *dummies* estaduais, na segunda pela população municipal e na terceira, pela área municipal.

6.1 *Dummies* de estados

A tabela 4 (colunas 13 e 18) aponta uma correlação positiva para concentração de terras em municípios participantes do sistema de CHs e esta correlação é superior ao estimado anteriormente na tabela 1 ($3,378$ versus $2,947$). Do ponto de vista da variável *GINI renda*, os resultados são similares. É encontrada novamente uma correlação positiva entre o fato de ter pertencido à capitania e a concentração de renda ($0,961$), e também superior ao estimado na tabela 1 ($0,641$).

TABELA 4
Robustez – *dummies* estaduais

| | Coluna 13: Gini terra | Coluna 14: Gini renda | Coluna 15: PIB | Coluna 16: Gastos | Coluna 17: Número de agências bancárias públicas ¹ | Coluna 18: Persistência política ¹ |
|----------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------|--|--|
| | A | A | A | A | A | A |
| Índice_CH | 3,378*** (0,675) | 0,961*** (0,328) | 3,019 (2,742) | -14,216*** (2,833) | 3,387*** (1,087) | -2,082*** (0,612) |
| Índice_CH_Dist | -0,043*** (0,009) | -0,010** (0,004) | -0,042 (0,036) | 0,179*** (0,038) | -0,042*** (0,014) | 0,026*** (0,008) |
| Litoral | 0,069*** (0,009) | 0,014*** (0,004) | 0,092*** (0,035) | 0,095*** (0,036) | -0,034** (0,014) | 0,000 (0,008) |
| Constante | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Observações | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 |
| R-sq | 0,4527 | 0,3044 | 0,6959 | 0,4567 | 0,1191 | 0,2119 |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Coeficientes multiplicados por mil. *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,1.

De forma interessante, nota-se que pertencer ou não ao sistema de CHs não está relacionado ao PIB atual quando *dummies* de estado são adicionados ao modelo (coluna 15), o que reforça os resultados da coluna 13. Por outro lado, a associação negativa entre nossa variável de interesse (*Índice_CH*) e gastos públicos municipais continua sendo estatisticamente negativa (coluna 16), e pode expressar uma menor necessidade de intervenção de gastos públicos atuais nestes municípios. A variável litoral também se manteve significativa e de acordo com as hipóteses acima apresentadas. Por fim, surpreendentemente manteve-se o resultado anterior de menor persistência política nos municípios pertencentes à CH. Como esta variável mede a repetição de representantes do mesmo partido no Poder Executivo local, este resultado sugere maior alternância de partidos neste poder e pode ser fruto de maior competição entre potenciais candidatos. Não fica claro qual o mecanismo deste resultado.

6.2 População municipal

A tabela 5 aponta que a inclusão da população municipal parece não afetar os resultados encontrados na tabela 1. Cabe aqui uma única observação referente à *coluna 21*, em que as variáveis *Índice_CH* e *Índice_CH_Dist* voltam a ser estatisticamente significantes a explicar positivamente o PIB atual. No entanto, incluídas as variáveis referentes aos ciclos da cana e do ouro, as variáveis de interesse voltam a perder significância, o que reforça a inconsistência deste fenômeno. Ou seja, parece não haver motivo robusto que leve a afirmar a relação estatística entre o fato de os municípios terem pertencido às CHs e o nível do PIB atual. Os resultados que parecem ser consistentes até então se referem ao efeito positivo sobre *GINI terra e renda*, e negativo sobre *gastos e persistência política*.

TABELA 5
Robustez – população municipal

| | Coluna 19: Gini terra | Coluna 20: Gini renda | Coluna 21: PIB | Coluna 22: Gastos | Coluna 23: Número de agências bancárias públicas ¹ | Coluna 24: Persistência política ¹ |
|----------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------|--|--|
| | A | A | A | A | A | A |
| Índice_CH | 2,418*** (0,694) | 0,761** (0,327) | 6,287** (2,823) | -10,480*** (2,873) | 2,845*** (1,087) | -2,046*** (0,600) |
| Índice_CH_Dist | -0,030*** (0,009) | -0,008* (0,004) | -0,083** (0,038) | 0,127*** (0,038) | -0,035** (0,014) | 0,026*** (0,008) |
| Litoral | 0,060*** (0,009) | 0,016*** (0,004) | 0,100*** (0,037) | 0,101*** (0,037) | -0,040*** (0,014) | -0,001 (0,008) |
| Constante | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Observações | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 |
| R-sq | 0,3894 | 0,2667 | 0,6594 | 0,4097 | 0,0702 | 0,2007 |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Coeficientes multiplicados por mil. *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,1.

6.3 Área municipal

Controlando pela área municipal (*colunas 25 a 30*), a tabela 6 apresenta resultados similares aos da tabela 1 e aos encontrados na seção anterior. Nota-se neste caso, ainda, que a magnitude dos coeficientes é similar aos resultados principais expostos na tabela 1, o que sugere que *população* parece não afetar a relação das variáveis de interesse com as dependentes abaixo, mesmo que as variáveis *gastos*, *número de agências bancárias* e *persistência política* estejam em termos *per capita*.

TABELA 6
Robustez – área municipal

| | Coluna 25: Gini terra | Coluna 26: Gini renda | Coluna 27: PIB | Coluna 28: Gastos | Coluna 29: Número de agências bancárias públicas ¹ | Coluna 30: Persistência política ¹ |
|----------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------|--|--|
| | A | A | A | A | A | A |
| Índice_CH | 2,941*** (0,689) | 0,635** (0,323) | 6,414** (2,792) | -11,060*** (2,846) | 3,063*** (1,076) | -2,073*** (0,594) |
| Índice_CH_Dist | -0,038*** (0,009) | -0,006 (0,004) | -0,085** (0,037) | 0,136*** (0,038) | -0,038*** (0,014) | 0,026*** (0,008) |
| Litoral | 0,060*** (0,009) | 0,017*** (0,004) | 0,102*** (0,037) | 0,102*** (0,037) | -0,040*** (0,014) | -0,001 (0,008) |
| Constante | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Observações | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 |
| R-sq | 0,3858 | 0,2727 | 0,6604 | 0,4094 | 0,0697 | 0,2007 |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Coeficientes multiplicados por mil. *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,1.

6.4 Área da capitania: efeitos de escala

Por fim, assume-se aqui que o eventual efeito de ter participado das CHs no passado dependa do tamanho da capitania. Para isso, calcula-se a área aproximada como controle adicional. A tabela 7 apresenta os resultados.

Realmente, a introdução deste último controle que capturaria o efeito escala da capitania parece ofuscar os efeitos de nosso *Índice_CH* (medida que captura ter participado da capitania no passado) sobre o *GINI renda*, *PIB* e *número de agências bancárias*. Por outro lado, os resultados sobre *GINI terra*, *gastos* e *persistência política* são similares aos anteriores, o que confirma a significância estatística destas relações. Assim, este estudo buscou ser cuidadoso ao indicar que considera robustos somente os efeitos (positivo) sobre o *GINI terra*, (negativo) sobre *gastos públicos per capita* e *persistência política*.

TABELA 7

Robustez – área das capitanias

| | Coluna 31: Gini Terra | Coluna 32: Gini Renda | Coluna 33: PIB | Coluna 34: Gastos | Coluna 35: Número de agências bancárias públicas ¹ | Coluna 36: Persistência política ¹ |
|----------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|-----------------------|--|--|
| | A | A | A | A | A | A |
| Índice_CH | 2,345*** (0,722) | 0,360 (0,341) | 2,382 (2,926) | -11,149*** (3,012) | 1,094 (1,144) | -1,811*** (0,633) |
| Índice_CH_Dist | -0,028*** (0,010) | -0,002 (0,005) | -0,024 (0,039) | 0,140*** (0,040) | -0,010 (0,015) | 0,023*** (0,008) |
| Litoral | 0,057*** (0,009) | 0,016*** (0,004) | 0,139*** (0,037) | 0,118*** (0,038) | -0,037** (0,014) | -0,000 (0,008) |
| Constante | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Observações | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 | 3.935 |
| R-sq | 0,3858 | 0,2727 | 0,6604 | 0,4527 | 0,0702 | 0,2036 |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Coeficientes multiplicados por mil. *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,1.**7 CONCLUSÃO**

Este trabalho tem como objetivo analisar os eventuais efeitos da herança colonial na formação dos municípios brasileiros sobre suas condições atuais de desigualdade de terra e renda e sobre a qualidade das instituições. Em particular, empregaram-se área, latitude, longitude e a data de fundação para identificar os municípios pertencentes às CHs. Em seguida, buscou-se estimar se esta característica histórica dos municípios está correlacionada às instituições atuais desses municípios brasileiros, considerando-se diversos controles, tais como área proporcional da capitania, ter pertencido aos ciclos da cana e do ouro, distância de Portugal, tipo de solo, quantidade de chuva, altitude, temperatura média e variáveis socioeconômicas municipais.

Os resultados sugerem que o fato de o município ter pertencido a áreas destinadas às CHs no passado influencia positivamente o *GINI terra*. Foi estimada uma correlação média das estimações igual a 2 entre desigualdade de terra e o *Índice_CH*. Em outras palavras, se se aumenta o *Índice_CH* em um desvio-padrão tem-se um aumento do índice de Gini de concentração de terras de aproximadamente metade de seu desvio-padrão.

Ou seja, ter pertencido às CHs parece deixar uma herança colonial negativa em sua distribuição de terras atual. Esse resultado é observado mesmo controlando-se pelo fato de o município estar localizado no litoral, motivo pelo qual, dada a maior facilidade de acesso ao governo de Portugal, eventualmente poderia acabar sofrendo o impacto negativo dessa maior influência. Controlou-se ainda pela distância do município em relação a Portugal, nesse caso o efeito não parece ser precisamente estimado e a relação permanece estatisticamente significativa.

Adicionando os controles *Ciclo_Cana* e *Ciclo_Ouro* observa-se que os efeitos isolados do fato de o município ter pertencido a áreas de colonização do ciclo cana ou do ciclo do ouro não parecem afetar a distribuição de terras. Isto parece reforçar o argumento de que a desigualdade de terras parece ter sido determinada pela forma como os municípios foram colonizados. É importante ressaltar que estes resultados acima foram corroborados em todas as especificações consideradas (tabelas 2 a 7 em todas as colunas).

Dois outros resultados podem ser considerados robustos e parecem estar correlacionados. Estimou-se que a herança colonial (capturada pela nossa medida *Indice_CH*) apresenta correlação negativa com o nível de *gastos públicos per capita* e sobre a *persistência política*. Ou seja, parece que uma herança colonial deixada nestas cidades foi uma redução do tamanho do setor público local com alternância de poder local. O primeiro efeito (menores gastos públicos) pode ter sido causado pelo fato de que o setor privado pode ter encontrado formas de executar a provisão pública de bens. O segundo efeito (menor persistência política) é surpreendente e não fica claro se com este banco de dados é possível identificar eventuais mecanismos de transmissão. Pode ser que com este aumento de concentração de terras, um grupo pequeno de líderes locais possa ter sido formado, e que seus integrantes se revezem nas eleições executivas locais. No entanto é necessário dizer ainda que os prefeitos incumbentes podem ter mudado de partido e que isso não estaria sendo capturado em medida de persistência política que foi utilizada. Foi encontrada ainda alguma evidência positiva do fato de ter participado da CH sobre a concentração de renda (não corroborado somente em um modelo). No entanto, optou-se por considerar não robustos os resultados não reforçados em pelo menos um dos modelos. Desta forma, pode-se argumentar que não foram encontrados resultados consistentes a respeito da relação de o município ter pertencido às CHs e os demais indicadores atuais, a saber: desigualdade de renda, PIB municipal *per capita*, número de agências bancárias públicas, de cartórios e empresas públicas no município, nem na governança local e no acesso à justiça local.

Apesar de os resultados dos testes empíricos parecerem robustos, é necessário fazer ressalvas em relação a esses resultados. Primeiro, apesar de todo o esforço em controlar características idiossincráticas dos municípios, pode ser que alguma variável ainda possa estar sendo omitida. Segundo, foram construídas diversas variáveis e esta construção foi baseada em hipóteses para determinar o período de encerramento do sistema de CHs e dos ciclos. Terceiro, há também limitação na construção das variáveis institucionais que, por essa razão, trazem a necessidade de novos estudos adicionais, com outros exemplos que contemplem estas características.

ABSTRACT

This study aims to analyze the possible effects of the colonial legacy in the formation of Brazilian municipalities on their current conditions of land and income inequality and on the quality of institutions. In particular, we employ area, latitude, longitude and date of foundation to identify the municipalities belonging to the Capitanias Hereditárias. Next we estimate whether this historical characteristic of the municipalities is correlated with current institutions of municipalities considering various controls, such as proportional area of Capitania, having belonged to the cycles of sugarcane and gold, to be at coast, distance from Portugal, soil type, amount of rain per year, altitude, average temperature, and municipal socioeconomic variables. The results suggest in a robust manner that the municipalities that belonged to the Capitanias Hereditárias (increase in one standard deviation) is associated with a greater concentration of land (Agricultural Census 1996) as measured by the Gini index (increase in half of standard deviation), with a lower level of local public expenditure and less political persistence. However, we find no robust association of that historical characteristic with the following indicators: Inequality of income, municipal gross domestic product per capita, and number of public bank branches, notary and public businesses in the municipality, local governance and access to justice.

Keywords: capitanias hereditárias; institutions; income and land inequalities.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. **The American economic review**, v. 91, n. 5, p. 1.369-1.401, 2001.
- _____. **Institutions as the fundamental cause of long-run growth**. 2004 (CEPR Discussion Paper, n. 4.458).
- BANERJEE, A.; IYER, L. History, institutions and economic performance: the legacy of colonial land tenure systems in India. **The American economic review**, v. 95, p. 1.190-1.213, 2005.
- BARBOSA, A. A. **A capitania de Duarte Coêlho: e a obra da colonização portuguesa no Brasil**. Monografia comemorativa ao IV Centenário da fundação da Capitania de Pernambuco. Edição do Gabinete Português de Leitura, 1935.
- BERNHARD, M.; REENOCK, C.; NORDSTROM, T. The legacy of Western Overseas colonialism on democratic survival. **International studies quarterly**, v. 48, p. 225-250, 2004.
- BERTOCCHI, G.; CANOVA, F. Did colonization matter for growth? An empirical exploration into the historical causes of Africa's underdevelopment. **European economic review**, v. 46, p. 1.851-1.871, 2002.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **The American economic review**, v. 45, n. 1, p. 1-28, Mar. 1955.
- MELLO, J. A. G.; ALBUQUERQUE, C. X. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. **Documentos para a história do Nordeste**. Imprensa Universitária, 1967. v. 2.
- MENEZES-FILHO, N. *et. al.* Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 34., 2006. **Anais ...** Salvador: ANPEC, 2006.

NARITOMI, J.; SOARES, R. R.; ASSUNÇÃO, J. J. Institutional development and colonial heritage within Brazil. *The journal of economic history*, v. 72, p. 393-422, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. Brasiliense, 1942.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil 1500-1820*. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife, Companhia Editora Nacional, 1937.

(Original submetido em março de 2012. Última versão recebida em outubro de 2012. Aprovado em outubro de 2012.)

APÊNDICE

TABELA A.1

Estatística descritiva dos dados

| Variável | Número | Média | Desvio-padrão |
|--|--------|-----------|---------------|
| Ano_Fundação | 5.268 | 1.942,166 | 91,15344 |
| Índice_CH | 5.320 | 0,015546 | 0,0274556 |
| Índice_CH_Dist | 5.268 | 1,13731 | 2,020928 |
| Ciclo_Cana | 5.320 | 0,007519 | 0,0863925 |
| Ciclo_Ouro | 5.307 | 0,006784 | 0,0820899 |
| Cana_Dist | 5.268 | 0,527118 | 6,039273 |
| Ouro_Dist | 5.260 | 0,516834 | 6,24802 |
| Distância_Portugal (euclidiana) | 5.268 | 77,85518 | 8,821549 |
| Chuva (100 mm ano, média de 1931 a 1999) | 5.268 | 11,51651 | 5,383376 |
| Altitude | 5.255 | 413,8129 | 294,5508 |
| Temp_média (ano Celsius) | 5.320 | 20,24858 | 7,63563 |
| % urbana | 5.158 | 0,591109 | 0,2391691 |
| IDH renda | 5.158 | 0,603773 | 0,0964398 |
| IDH educação | 5.158 | 0,780981 | 0,0905365 |

14 *dummies* de solo

Elaboração dos autores.

TABELA A.2
Regressões com Índice CH¹

| | Coluna 7: Índice de governança | | Coluna 8: Acesso à justiça | | Coluna 9: Número total de empresas públicas | | Coluna 10: Número de cartórios | |
|----------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------------|--------------------|---|-------------------|--------------------------------|---------------------|
| | A | B | A | B | B | D | B | D |
| Índice_CH | -1,734 (1,746) | -3,104 (1,893) | 0,648 (0,720) | 0,478 (0,781) | -1,079 (2,696) | -1,309 (2,925) | 0,455 (0,759) | 0,116 (0,823) |
| Índice_CH_Dist | 0,023 (0,023) | 0,039 (0,025) | -0,009 (0,010) | -0,007 (0,010) | 0,016 (0,036) | 0,018 (0,039) | -0,007 (0,010) | -0,003 (0,011) |
| Litoral | 0,009 (0,023) | 0,000 (0,023) | -0,015 (0,009) | -0,016* (0,010) | -0,003 (0,035) | -0,004 (0,036) | -0,004 (0,010) | -0,005 (0,010) |
| Ciclo_Cana | | 0,387 (0,734) | | 0,015 (0,303) | | 0,072 (1,134) | | 0,179 (0,319) |
| Ciclo_Ouro | | 0,117 (0,612) | | -0,015 (0,253) | | 0,203 (0,946) | | 0,035 (0,266) |
| Cana_Dist | | -0,004 (0,010) | | -0,000 (0,004) | | -0,001 (0,016) | | -0,002 (0,005) |
| Ouro_Dist | | -0,002 (0,008) | | -0,000 (0,003) | | -0,002 (0,012) | | -0,001 (0,003) |
| Proporção PEA urbana | -0,142*** (0,026) | -0,141*** (0,026) | -0,015 (0,011) | -0,015 (0,011) | 0,058 (0,039) | 0,059 (0,040) | 0,006 (0,011) | 0,006 (0,011) |
| IDH renda | -0,064 (0,114) | -0,057 (0,115) | 0,052 (0,047) | 0,052 (0,047) | -0,100 (0,177) | -0,099 (0,177) | 0,174*** (0,050) | 0,175*** (0,050) |

(Continua)

(Continuação)

| | Coluna 7: Índice de governança | | Coluna 8: Acesso à justiça | | Coluna 9: Número total de empresas públicas | | Coluna 10: Número de cartórios | |
|-----------------------------|--------------------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------|---|-----------------------|--------------------------------|----------------------|
| | A | B | A | B | B | D | B | D |
| IDH educação | -0,045 (0,111) | -0,048 (0,111) | -0,021 (0,046) | -0,020 (0,046) | -0,207 (0,172) | -0,210 (0,172) | -0,062 (0,048) | -0,061 (0,048) |
| Anos de estudo da população | 540,907*** (8,585) | 540,230*** (8,595) | 109,542*** (3,543) | 109,323*** (3,548) | 82,553*** (13,256) | 82,545*** (13,282) | 30,895*** (3,731) | 30,738*** (3,737) |
| Ano de fundação | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) |
| Distância de Portugal | -0,002 (0,001) | -0,002 (0,001) | -0,000 (0,001) | -0,000 (0,001) | -0,001 (0,002) | -0,001 (0,002) | -0,001** (0,001) | -0,001** (0,001) |
| Quantidade de chuva | -0,002 (0,002) | -0,002 (0,002) | -0,002*** (0,001) | -0,002*** (0,001) | -0,001 (0,003) | -0,001 (0,003) | -0,002*** (0,001) | -0,002*** (0,001) |
| Tipos de solo | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Altitude | -0,000 (0,000) | -0,000 (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) | 0,000 (0,000) | 0,000 (0,000) | -0,000*** (0,000) | -0,000*** (0,000) |
| Temperatura média | -0,016*** (0,002) | -0,016*** (0,002) | -0,003*** (0,001) | -0,003*** (0,001) | 0,004 (0,003) | 0,004 (0,003) | -0,007*** (0,001) | -0,007*** (0,001) |
| Dummy Norte | -0,049 (0,030) | -0,052* (0,030) | -0,025** (0,012) | -0,025** (0,012) | -0,094** (0,046) | -0,095** (0,046) | -0,006 (0,013) | -0,007 (0,013) |

(Continua)

(Continuação)

| | Coluna 7: Índice de governança | | Coluna 8: Acesso à justiça | | Coluna 9: Número total de empresas públicas | | Coluna 10: Número de cartórios | |
|---------------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------------|----------------------|---|---------------------|--------------------------------|----------------------|
| | A | B | A | B | B | D | B | D |
| <i>Dummy</i> Centro-Oeste | 0,012 (0,022) | 0,010 (0,022) | 0,017* (0,009) | 0,017* (0,009) | -0,072** (0,034) | -0,072** (0,034) | 0,012 (0,010) | 0,012 (0,010) |
| <i>Dummy</i> Nordeste | -0,097*** (0,032) | -0,098*** (0,032) | -0,060*** (0,013) | -0,059*** (0,013) | -0,111** (0,049) | -0,112** (0,049) | -0,041*** (0,014) | -0,041*** (0,014) |
| <i>Dummy</i> Sudeste | -0,134*** (0,018) | -0,136*** (0,018) | -0,054*** (0,007) | -0,054*** (0,007) | -0,065** (0,027) | -0,066** (0,027) | -0,008 (0,008) | -0,008 (0,008) |
| Constante | 0,796*** (0,172) | 0,806*** (0,173) | 0,212*** (0,071) | 0,209*** (0,071) | 0,250 (0,266) | 0,256 (0,267) | 0,337*** (0,075) | 0,338*** (0,075) |
| Observações | 3935 | 3929 | 3935 | 3929 | 3935 | 3929 | 3935 | 3929 |
| R-sq | 0,6175 | 0,6178 | 0,3307 | 0,3309 | (0,018) | 0,0175 | 0,0963 | 0,0965 |

Elaboração dos autores.

Notas: ¹Coefficientes multiplicados por mil. *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,1.

